

Universidade Federal de Minas Gerais  
Faculdade de Ciências Econômicas  
Departamento de Economia

Ivan Prates Sternick

Adam Smith e igualitarismo: um debate crítico entre as diferentes interpretações

Belo Horizonte  
2017

Ivan Prates Sternick

Adam Smith e igualitarismo: um debate crítico entre as diferentes interpretações

Monografia apresentada ao Programa de Educação Tutorial – PET, do curso de graduação em Ciências Econômicas da FACE/UFMG, primeiro semestre de 2017.  
Orientador: Prof. Carlos Eduardo Suprinyak

Belo Horizonte

2017

## Sumário

Lista de Abreviaturas.....	4
Introdução.....	5
1- Capítulo I.....	10
1.1- Simpatia e a filosofia moral de Adam Smith .....	10
1.2- Revisão da literatura.....	13
2- Capítulo II .....	24
2.1- Revisão da literatura.....	24
3- Capítulo III.....	32
3.1- O Iluminismo Escocês e sua importância recente .....	32
3.2- Considerações .....	36
Conclusão .....	41
Referências .....	43

**Lista de Abreviaturas**

LJ Lectures on Jurisprudence

TMS The Theory of Moral Sentiments

WN An Inquiry into the Causes and Nature of the Wealth of Nations

## Introdução

O presente trabalho busca fazer uma análise das diferentes interpretações acerca da obra de Adam Smith quanto aos tipos de igualitarismo e hierarquicalismo presentes na mesma. Para tanto, fez-se uma divisão entre aqueles intérpretes que enxergam em Smith alguma sorte de igualitarismo e aqueles que enxergam no pensamento do autor algum traço de hierarquia no tratamento geral dos indivíduos e grupos sociais. Os desdobramentos lógicos das concepções igualitárias ou hierárquicas de Smith também são objeto de cotejo.

“Igualitarismo” é um termo complicado. Isso porque vários significados distintos são subsumidos sob o conceito; nesse sentido, faz-se necessária uma breve apresentação esquemática desses vários significados e uma tentativa de categorização dos mesmos. Esse exercício é relevante para o tratamento dos diferentes autores nos capítulos que se seguem.

De acordo com Arneson (2013), “igualitarismo” é uma corrente de pensamento na filosofia política na qual algum tipo de igualdade entre os seres humanos é advogada. Essa igualdade, segundo Fleischacker (2013), pode ser tanto factual quanto normativa, sendo a primeira uma igualdade *de fato*, e a segunda uma igualdade como princípio normativo, isto é, algo que deve ser reconhecido<sup>1</sup>.

Sob essas categorias amplas, distinguem-se várias sortes de igualdade possíveis, unidas pela ideia genérica de que todos os indivíduos são iguais em *status* ou valor moral (ARNESON, 2013). Persky (2008) oferece um esquema útil quanto aos diferentes parâmetros em respeito aos quais alguma linha de igualdade é traçada em relação aos seres humanos, principalmente no contexto da filosofia política dos séculos XVII, XVIII e XIX. Dentre elas figuram as igualdades (1) de capacidades e talentos, (2) racial, (3) de capacidade de tomar decisões de forma independente, (4) perante Deus, (5) de capacidade de atingir a felicidade, (6) de condições materiais e (7) política. As igualdades de (1) a (5), em conjunto com a igualdade de dignidade e a igualdade de capacidade de julgamento, são aqui consideradas como pertencentes ao igualitarismo moral. As igualdades (6) e (7) são consideradas como igualitarismo socioeconômico e sociopolítico, respectivamente<sup>2</sup>. Inversamente, inferem-se de

---

<sup>1</sup> Sem que isso implique necessariamente alguma pressuposição de igualdade factual e/ou alguma norma quanto a outras igualdades, como a igualdade política e de condições materiais. Não obstante, enxergar as pessoas a partir de um princípio normativo coloca pressão sobre ambos os aspectos, isto é, de reconhecer alguma igualdade real e, ao mesmo tempo, sobre as consequências lógicas no âmbito político e socioeconômico (FLEISCHACKER, 2013, p. 489).

<sup>2</sup> A separação entre igualitarismo moral, socioeconômico e sociopolítico é tênue. Muito frequentemente, como será visto, alguma sorte de igualitarismo moral pode implicar, por exemplo, em alguma variedade de igualitarismo socioeconômico.

maneira análoga os significados adotados neste trabalho quanto a hierarquia moral, hierarquia socioeconômica e hierarquia sociopolítica.

Dadas essas considerações sobre igualitarismo e hierarquia, é preciso esclarecer qual a razão que motivou o trabalho e sua relevância para uma determinada parte da literatura sobre o tema. O restante dessa introdução é o espaço destinado nesse trabalho, portanto, para justificar a escolha do objeto de estudo, sendo imprescindível para que todo o restante incorpore sentido e, de fato, para que sua relevância atual possa ser concebida de forma adequada. Ao fim, apresenta-se a estrutura do trabalho.

Em primeiro lugar, o substrato teórico que subsidia o trabalho no que se refere ao entendimento da importância da obra de Smith para o pensamento econômico está presente em Dumont (1993; 2000) e Cerqueira (2004). Segundo Dumont (2000), a forma contemporânea de se pensar os fenômenos econômicos e suas inter-relações é produto recente da modernidade, de modo que não esteve sempre em voga. Isso porque, mesmo que muitos dos conceitos usados pela atual ciência econômica existissem há muito, a forma de empregá-los analiticamente no entendimento dos fenômenos estava condicionada às categorias política e ético-moral. O surgimento de uma categoria econômica emancipada da política e da ética<sup>3</sup>, nesse sentido, teria exigido duas pré-condições, cumpridas a partir da elaboração filosófica e teórica. Seguindo o esquema montado por Dumont (2000), seriam elas: (a) a construção do entendimento de uma categoria econômica dotada de coerência interna e funcionamento espontâneo passíveis de serem apreendidos racionalmente, o que garantiria que a “economia” seria capaz de funcionar independentemente; (b) a construção da ideia de que o livre funcionamento da “economia” – sem a tutela da política e da ética *stricto sensu* – seria benéfico para a sociedade, estando assim justificada sua emancipação e autonomização. O cumprimento da segunda pré-condição, ao garantir que a economia funcionando livremente levaria ao bem geral, justificaria o agir individual voltado para o interesse próprio (em detrimento das outras motivações do comportamento); além disso, garantiria *a priori* as demais consequências oriundas desse funcionamento, seja no âmbito da produção, consumo ou da distribuição.

Aceito o esquema montado por Dumont (2000), é válido o questionamento: seriam essas duas pré-condições suficientes para garantir o surgimento do discurso econômico moderno? A partir do século XIX a economia assumiu papel central para explicar os fenômenos da vida social e para dar uma aura científica às ações dos governos e pessoas, assim como para legitimar

---

<sup>3</sup> A emancipação da categoria econômica da ética e da moral deve ser vista com cautela, como assinala Cerqueira (2004). Isso porque, como será melhor explicado na sequência, a separação entre ambas exigiu *pari passu* a construção de uma normatividade no funcionamento da economia. A esse respeito, ver também Myrdal (1997).

certo tipo de distribuição da riqueza e, portanto, certa hierarquia social<sup>4</sup>. Desse modo, entende-se que o papel do discurso econômico em legitimar uma nova *ordem* social deve também estar no centro da reflexão; ordem essa que não mais poderia ser explicada por critérios metafísicos, religiosos ou, usando o léxico de Dumont, holistas. A nova ordem social constatada em concreto deveria ser justificada discursivamente por critérios estritamente econômicos, e aqui o discurso econômico assume importância ímpar.

Alguns cuidados devem ser tomados, entretanto, ao se falar em justificação da ordem/hierarquia social moderna. Durante o período medieval essa justificação da hierarquia social era legitimada pela religião e tradição como algo maior que os próprios indivíduos, como algo a que eles deviam se conformar e submeter, configurando um quadro ideológico holista, segundo Dumont (1993; 2000). Nas sociedades modernas, no entanto, predomina a "ideologia igualitária", isto é, uma orientação geral dos valores segundo a qual cada pessoa representa a figura de toda a humanidade, sendo um fim em si mesma e, por isso, não podendo ser vista como naturalmente inferior ou superior às demais. Essa forma de enxergar as pessoas e o mundo, que é particular das sociedades modernas, expressa na ideia de *individualismo*, desdobra-se, para Dumont (2000, p. 17), no fato de que a relação das pessoas com as coisas se sobrepõe às relações entre as próprias pessoas. Grosso modo, diante de uma orientação igualitária dos valores, uma justificação da hierarquia social não poderia ser socialmente aceitável senão expressa por meios estritamente econômicos, a partir da relação dos indivíduos com as coisas, de forma desvencilhada – à primeira vista – de formas maiores que os próprios indivíduos<sup>5</sup>.

Assim, a hierarquia tem que ser entendida como uma manifestação, um efeito do funcionamento da “sociedade comercial”, e não como o fundamento *a priori* dessa sociedade. Para tanto, em primeiro lugar, uma nova concepção de sociedade e mesmo de indivíduos precisou ser construída, qual seja, indivíduos cuja sociabilidade é marcada pelo lado material, pelo trabalho e pela troca; concepção esta elaborada de forma coesa e concisa por Smith, seguindo a interpretação de Cerqueira (2004). Mais do que isso, indivíduos que são proprietários de suas disposições, características e produtos de seu trabalho, que trocam livremente de acordo com seus interesses, sem dever nada à sociedade por isso (MACPHERSON, 2011)<sup>6</sup>. Em segundo lugar, pode-se dizer, uma mudança no significado de

---

<sup>4</sup> Assentada, à primeira vista, no acesso à riqueza material. À segunda vista, assentada no acesso a bens intangíveis, como dignidade, prestígio, reconhecimento social, etc.

<sup>5</sup> Como, por exemplo, as castas sociais na Índia.

<sup>6</sup> A contribuição de Macpherson (2011) é assimilada nessa introdução de forma crítica e restrita. Isso porque, conquanto se concorde aqui com o surgimento do que ele chama de “individualismo possessivo” em termos de uma forma de se entender os indivíduos e a sociedade moderna, entende-se que há problemas em sua argumentação

hierarquia, ou ordem natural, precisou também ocorrer, de modo a embasar uma ordem dinâmica, resultante natural do funcionamento da “sociedade comercial”, em detrimento de uma ordem estática e enrijecida, como aquela da sociedade feudal.

Cerqueira (2004), como apontado anteriormente, mostra como Smith contribuiu para a construção de uma sociabilidade econômica, por assim dizer. Para o autor, a originalidade de Smith consiste no lugar que destinou ao trabalho e às trocas em sua teoria da sociedade comercial. Não é por acaso que os primeiros capítulos da *Riqueza das Nações* se concentram na divisão do trabalho, no trabalho e na troca. Em suma, elaborou-se uma mudança ontológica no que se refere à delimitação de uma sociabilidade econômica; Smith acabou por “[...] apresentar a sociedade como um conjunto de pessoas que *trabalham* e que *trocam*” (CERQUEIRA, 2004, p. 435). Além disso, segundo o autor, Smith teria acabado por demonstrar que o funcionamento da sociedade comercial seria benéfico para toda a humanidade, ao separar a motivação da ação individual dos seus resultados imprevistos.

Dado tudo isso, o presente trabalho se propõe a entender a natureza da contribuição de Smith para a formação de um discurso econômico moderno no seguinte sentido: até que ponto Smith é capaz de justificar as consequências, por ele próprias identificadas, do funcionamento da “sociedade comercial”? Consequências essas que se referem, principalmente, ao âmbito distributivo, ao acesso à riqueza, à existência de pobreza, ao acesso dos indivíduos à educação e saúde, etc.

Como ressaltou Cerqueira (2004), a separação entre moralidade e economia está apenas “inscrita” na obra de Smith, sendo mais um produto da apropriação seletiva de suas ideias por pensadores do século XIX, como demonstraram Rotschild (1992) e Cerqueira (2003). Desse modo, a indagação é relevante para que se entenda, entre outros, a natureza dessa apropriação e suas condições de possibilidade, com o objetivo de entender os fundamentos dos pressupostos da análise econômica que surgem a partir de então e que se tornaram necessários para que a ciência econômica se afirmasse como autônoma.

Para tentar responder a esse questionamento, propõe-se entender Smith a partir do debate interpretativo recente sobre seu igualitarismo. Isso porque, dessa maneira, poder-se-á entender até que ponto Smith cumpre o papel de justificar as consequências do funcionamento da sociedade comercial, e até que ponto não é capaz de fazê-lo, por razões diversas; dentre elas,

---

quanto à gênese de tal filosofia nas obras de Hobbes, Locke e outros. A esse respeito, ver Cerqueira (2002) e também Dumont (1993).

a título de exemplo ilustrativo, por ser adepto de determinada concepção de justiça social e de liberdade natural, concepções essas associadas a um eventual igualitarismo do autor.

Se se demonstra que a obra de Smith oferece “problemas” para o tratamento estritamente econômico da distribuição da riqueza, das instituições e para a questão de que o funcionamento da sociedade comercial levaria ao máximo bem estar, demonstra-se que sua real contribuição para um discurso econômico – e para o surgimento de uma doutrina econômica, a do *laissez faire*<sup>7</sup> – só pode ter surgido de uma apropriação seletiva de suas ideias por outros pensadores. Por outro lado, se a investigação constata que não há obstáculos na obra de Smith para legitimar uma ordem do funcionamento econômico da sociedade, certamente sua contribuição para o discurso econômico deve ser encarada em desacordo com a hipótese previamente levantada.

O trabalho se divide, para além dessa introdução, em dois capítulos e uma conclusão. No primeiro capítulo serão abordadas as interpretações que enxergam alguma sorte de igualitarismo na obra de Smith. No segundo capítulo, aquelas que lhe atribuem alguma forma de hierarquia na concepção da sociedade e dos indivíduos. Por fim, a conclusão busca fazer um balanço em relação a esse debate interpretativo: seu significado, suas implicações e seus limites.

---

<sup>7</sup> Doutrina que pode ser brevemente entendida como prescrevendo: “[...] a limitação da atividade governamental à garantia da paz e da ‘justiça’ no sentido restrito de ‘justiça comutativa’, à defesa contra inimigos estrangeiros e a serviços públicos entendidos como essenciais e cuja administração pela iniciativa privada é tida como impossível ou altamente improvável, ou, por razões especiais, não é compatível com a operação privada” (VINER, 1960, p. 45; tradução livre).

## 1- Capítulo I<sup>8</sup>

Nesse capítulo serão abordados os autores cujas interpretações reconhecem alguma forma de igualitarismo na obra de Adam Smith. Em que pese a concordância dos intérpretes nesse aspecto, buscou-se contrapor uns aos outros sempre que possível. Dessa maneira, as respectivas diferenças interpretativas são melhor expostas e o debate é enriquecido.

Optou-se por dividir o capítulo em duas seções; na primeira, é feita uma breve retomada do conceito de simpatia e da teoria moral de Smith, uma vez que serão necessárias para a melhor compreensão dos argumentos dos intérpretes; em seguida, portanto, apresentam-se os autores e seus argumentos, respeitando a ordem cronológica da publicação dos trabalhos, por ser esta importante para a reconstrução histórica do debate.

### 1.1- Simpatia e a filosofia moral de Adam Smith

A filosofia moral de Adam Smith foi desenvolvida na obra *The Theory of Moral Sentiments* (1984; TMS), originalmente publicada em 1759. Há indícios que essa obra, conquanto menos conhecida pelos economistas em geral do que a *The Wealth of Nations* (WN), era considerada pelo próprio Smith como sua obra prima (RAPHAEL, 2007). Houve seis reedições da TMS durante a vida do autor, todas com alterações do texto, sendo que à sexta edição, publicada algumas semanas antes de sua morte, em 1790, foram acrescentados um novo capítulo e uma parte inteiramente nova<sup>9</sup>. Essas alterações, principalmente no que se refere à sexta edição, segundo alguns autores, deram um novo sentido à obra de Smith (cf. ROTHSCHILD, 2001; FLEISCHACKER, 2005; RAPHAEL, 2007).

O intuito fundamental da obra é primeiramente de descrever *como* as pessoas realizam julgamentos morais quanto às suas ações e aos seus sentimentos, e também quanto aos dos demais. Desse fio condutor é derivada sua teoria da sociabilidade humana. Hanley (2009) destaca que, para além da descrição, Smith apresenta uma sistema prático de moralidade na Parte VI (acrescentada à sexta edição), isto é, uma teoria normativa da virtude. Para tanto, Smith busca responder a duas questões fundamentais:

---

<sup>8</sup> Todas as citações referentes a obras de Smith foram feitas em acordo com o modelo lançado a partir da *The Glasgow Edition*, de 1976.

<sup>9</sup> O capítulo adicionado à terceira seção da primeira parte da obra se chama, no original, *Of the corruption of our moral sentiments, which is occasioned by this disposition to admire the rich and the great, and to despise or neglect persons of poor and mean condition*. A sexta parte, de conteúdo inteiramente novo, chama-se *Of the Character of Virtue*.

First, wherein does virtue consist? Or what is the tone of temper, and tenour of conduct, which constitutes the excellent and praise-worthy character, the character which is the natural object of esteem, honour, and approbation? And, secondly, by what power or faculty in the mind is it, that this character, whatever it be, is recommended to us? Or in other words, how and by what means does it come to pass, that the mind prefers one tenour of conduct to another? (TMS VII.i.2).

Como sua teoria da simpatia e da natureza dos julgamentos morais é de grande relevância, como será visto, no entendimento dos traços igualitários e hierárquicos do autor, é válida uma análise sucinta de seus principais conceitos e delineações teóricas quanto a esses assuntos.

Para Smith, os indivíduos fazem julgamentos morais em relação à conduta dos demais e à sua própria através da *simpatia*. O significado desse termo deve ser fundamentalmente compreendido a partir da seguinte passagem:

Pity and compassion are words appropriated to signify our fellow-feeling with the sorrow of others. Sympathy, though its meaning was, perhaps, originally the same, may now, however, without much impropriety, be made use of to denote our fellow-felling with any passion whatever (TMS I.i.1.5).

A simpatia é, pois, a identificação e o reconhecimento dos sentimentos de um indivíduo em relação aos de outrem, quando exposto a determinada situação. Como argumenta Smith (TMS I.i.3.5-7), o sentimento (ou a ação) cujo valor moral está em julgamento é contemplado sob duas formas: primeiro em relação à causa que o motivou (ou a situação particular que o excitou), segundo em relação ao fim, ou ao propósito, ao qual intende. A conveniência (*propriety*) de um sentimento, sob essas duas perspectivas, consiste, em primeiro lugar, na sua proporcionalidade em relação à sua causa originária, e, em segundo lugar, na sua proporcionalidade quanto aos fins. O mérito da ação está ligado aos efeitos benéficos que tende a produzir, levadas em consideração tanto a conveniência da causa que estimulou o sentimento que a desencadeou quanto a conveniência do propósito da ação.

A identificação dos sentimentos do indivíduo *espectador* (isto é, aquele que está a julgar outrem) com os do *agente* é condição necessária para que o primeiro aprove a conduta do segundo. Para que tal julgamento seja possível, entretanto, é preciso que o espectador se introjete, de maneira imparcial (isso será explicado na sequência) sob a perspectiva do agente, de modo que, diante desse exercício intelectual, possa se ver na situação em frente a qual o agente age ou reage. Somente ao se familiarizar com a circunstância particular à qual o agente estava submetido é que o espectador pode formular um julgamento quanto aos sentimentos do primeiro, uma vez que aquele que julga não possui acesso direto aos sentimentos do agente,

tendo que se imaginar em seu lugar. A simpatia não é nada senão esse exercício mesmo da imaginação, caso o espectador aprove os sentimentos do agente<sup>10</sup>.

A introjecção do espectador na situação do agente ocorre, idealmente, de maneira imparcial. Isto é, o espectador busca balancear seus sentimentos de modo que seus próprios afetos e paixões não tomem grande influência no julgamento do sentimento do outro. Idealmente, o espectador recorre ao que Smith denomina de “espectador imparcial” para determinar a validade moral de um sentimento; esse espectador, mais que a personificação da virtude e da excelência moral, seria como a fonte mais precisa para o julgamento, tanto em termos de informações necessárias relativas à situação do agente quanto em termos de imparcialidade.

Vale dizer que a moralidade é derivada, em grande medida, das experiências passadas e do hábito. As pessoas adquirem da experiência as noções de certo e errado, na medida em que julgam a conveniência do comportamento das demais, moldando o seu próprio nesses moldes. A partir dos julgamentos particulares das pessoas é que leis gerais podem surgir, principalmente no que se refere à justiça, de modo a nortear a conduta geral, como regras gramaticais. Não obstante, com exceção dos julgamentos relativos à justiça, os demais são contingentes e particulares, e regras gerais não são senão de pouca utilidade.

No entanto, vale dizer, Smith não é, como pode parecer à primeira vista, um relativista moral, no sentido de que a moralidade seja integralmente uma construção particular de cada sociedade. Como argumenta Hanley (2009), há princípios de ordem transcendente e trans-ética que fazem de uma conduta virtuosa, e que estão além do agir meramente visando a aprovação social, e, portanto, em acordo com a moralidade socialmente construída. Isso pode ser demonstrado na seguinte passagem, citada por Campbell and Skinner (1981, p. 8):

[...] Nature, accordingly, has endowed him [man] not only with a desire of being approved of, but with a desire of being what ought to be approved of; or of being what he approves of in other men. The first desire could only have made him wish to appear to be fit for society. The second was necessary in order to render him anxious to be really fit (TMS III.2.7).

Segundo Hanley (2009, p. 150), esses princípios de ordem transcendente se relacionam com o reconhecimento de uma igualdade fundamental entre os seres humanos enquanto tais. A

---

<sup>10</sup> É importante enfatizar o significado desse termo, pois o mesmo outrora foi palco de grande confusão interpretativa, como destacam Raphael and Macfie (1979) e Raphael (2007), na medida em que se interpretou “simpatia” como um motivo para ação. Daí se derivou que a TMS é um tratado em que a ação humana é movida pela benevolência, enquanto que a WN seria uma obra em que o interesse próprio é o motor do comportamento. A polêmica interpretativa em torno dessa questão ficou conhecida como *Das Adam Smith Problem*, segundo a qual havia uma inconsistência teórica entre ambas as obras de Smith publicadas durante sua vida.

conduta virtuosa, em acordo com a Lei de Ouro do Cristianismo, não poderia deixar de reconhecer esse fato fundamental, como explicitado na seguinte passagem:

And hence it is, that to feel much for others and little for ourselves, that to restrain our selfish, and to indulge our benevolent affections, constitutes the perfection of human nature; and can alone produce among mankind that harmony of sentiments and passions in which consists their whole grace and propriety. As to love our neighbour as we love ourselves is the great law of Christianity, so it is the great precept of nature to love ourselves only as we love our neighbour, or what comes to the same thing, as our neighbour is capable of loving us (TMS I.i.5.5).

Smith delinea sua teoria da sociabilidade a partir dos conceitos e relações explicados anteriormente. Segundo o autor, as pessoas possuem, por natureza, um desejo de autopreservação, oriundo de seu amor de si (*self-love*). No meio social, isso implica o desejo pela aprovação de sua conduta por parte dos que o circundam, dado o grande desprazer e sofrimento que surgem diante da desaprovação; inversamente, as demais pessoas também buscam que o espectador as aprove. Não obstante, como mencionado, conquanto a conveniência da conduta seja importante para a coesão social, não é em si o mesmo que a moralidade e que a virtude; e nem é o comportamento que busca apenas a aprovação social virtuoso, mas sim vaidoso.

As regras gramaticais da justiça, por sua vez, são aquelas que surgiram a partir da experiência, em que uma ação é desaprovada a ponto de ensejar no espectador imparcial um ressentimento que se desdobra na necessidade da punição do agente. Uma conduta é injusta quando sua inconveniência e demérito são tais que qualquer espectador, ao recorrer à imparcialidade, a julgaria como passível de punição e reconheceria mesmo a conveniência e justiça da resistência e reação do indivíduo prejudicado. Essas regras são fundamentais para que a sociedade se mantenha em pé. Além disso, de acordo com os intérpretes de Smith adeptos do método de reconstrução histórica<sup>11</sup>, as regras da justiça circunscrevem a economia política presente na WN.

Feita essa sucinta consideração sobre a filosofia moral de Smith, o trabalho lida então com a revisão da literatura que enxerga algum traço igualitário na obra do autor.

## 1.2- Revisão da literatura

Emma Rothschild, em seu artigo *Adam Smith and Conservative Economics* (1992), como aponta Fleischacker (2013), inaugurou o debate recente acerca dos possíveis traços

---

<sup>11</sup> Quanto ao método histórico, ver Pocock (1985) e Tribe (1999).

igualitários na obra de Smith. Em meio a uma análise minuciosa do contexto em que Smith foi inicialmente interpretado e da relação entre suas ideias e as ideias promulgadas por intelectuais que integraram a Revolução Francesa, Rothschild (1992) mostra como, em sua concepção, a interpretação da obra smithiana sofreu uma mudança fundamental de sentido.

A autora mostra que, num primeiro momento, a obra de Smith e suas ideias eram tidas como subversivas e revolucionárias, na medida em que Smith se mostrava um crítico do Estado e das instituições do Antigo Regime, incluindo daquelas que garantiam privilégios políticos e monopólios para certos indivíduos e grupos. Além disso, Smith era aclamado por intelectuais da França Revolucionária em virtude de sua defesa da liberdade num sentido amplo (*freedom*) e do fim de privilégios. Isso lhe imputava uma conotação negativa na Escócia e na Inglaterra, o que teria levado o seu principal biógrafo, Dugald Stewart, a fazer uma narrativa estratégica a respeito da vida de Smith, seus modos e crenças, de modo a isentá-lo da punição por parte das autoridades escocesas e inglesas e salvaguardar sua reputação<sup>12</sup>.

De início, Smith era visto por muitos como um “amigo dos pobres” e como alguém que desconfiava dos ricos. Essa interpretação, em larga medida endossada por Rothschild (1992), sugere um Smith com traços igualitários em termos socioeconômicos, ainda que o autor não o deixasse explícito. Além disso, a autora sustenta que a interpretação que mais se aproximava das ideias de Smith é aquela que reconhecia no pensamento do autor um tratamento profundo e de extrema importância dado à questão da justiça e da liberdade natural em sentido amplo. Isto é, não só à “liberdade econômica”. A seguinte passagem é ilustrativa quanto a interpretação da autora:

He is indignant in the passages about wages which inspired Whitbread, and far more so in his unpublished works: as when he says, in the Lectures on Jurisprudence, that the poor labourer 'supports the whole frame of society', yet is 'himself possessed of a very small share and is buried in obscurity'; that 'it may very justly be said that the people who cloath the whole world are in rags themselves'; or that 'laws and government may be considered [...] in every case as a combination of the rich to oppress the poor'. He is tolerant in his view of government interference, especially when the object is to reduce poverty. One example is his remark about equitable wage regulations; another is his support for progressive taxes on carriages, such that 'the indolence and vanity of the rich is made to contribute in a very easy manner to the relief of the poor' (SMITH, LJ, p. 540, 1766, p. 341, p. 208, 1762-3; SMITH, WN V.i.d.5 apud ROTHSCCHILD, 1992, p. 92).

Não obstante, a partir dos desdobramentos da Revolução Francesa na Europa no início do século XIX, a interpretação de Smith teria mudado substancialmente. De um subversivo, igualitário em potencial e crítico das instituições de sua época, tornou-se um cânone do *laissez*

---

<sup>12</sup> A obra de Stewart é *Account of the life and writings of Adam Smith, LL.D.* (1793).

*faire*. Em suma, a interpretação de Smith ficou gradualmente restrita aos seguintes aspectos: (a) do autor como um defensor do livre-comércio; (b) defensor da liberdade exclusivamente econômica, que incluía o fim de monopólios, privilégios, e da liberdade de perseguir o próprio interesse (de maneira egoísta); (c) separação da “liberdade política” de “liberdade econômica”<sup>13</sup>. Outros aspectos de sua obra, como sua filosofia moral, seus apelos por justiça além da esfera comercial, a crítica ao preconceito por nacionalidade e ao racismo, seu apelo pela melhoria de vida dos pobres e sua preocupação com a liberdade natural, foram deixados de lado (ROTHSCHILD, 1992, p. 90-4).

Nesse sentido, pode-se dizer que Rothschild (1992) enxerga em Smith uma profunda preocupação com os mais pobres, que poderia ser vista como um traço de igualitarismo socioeconômico, desde que entendido de forma muito abrangente<sup>14</sup>.

Samuel Fleischacker, autor cujo trabalho norteou em grande medida a pesquisa bibliográfica desta monografia, apresenta uma interpretação diferente em princípio. Isso porque, apesar de reconhecer que Smith advoga a existência de uma série de instituições que, entre outros, possibilitariam a redução da pobreza, o faz partindo de fundamentos inteiramente diversos em relação ao sentido como um todo.

Em sua obra *A Third Concept of Liberty* (1999), Fleischacker desenvolve uma terceira noção de “liberdade”<sup>15</sup>: a liberdade de julgamento. Ao fazê-lo, lança as bases para desenvolver um novo projeto de sociedade e de Estado, em contraposição aos extremos caracterizados pela liberdade “negativa” – utilizada por muitos em defesa do *laissez faire* – e pela liberdade “positiva” – utilizada por muitos para justificar formas de totalitarismo (FLEISCHACKER, 1999, p. 3).

Para tanto, ele desenvolve o conceito de julgamento, assentado na *Crítica da Faculdade de Julgar*, de Kant. Em síntese, “julgar” consiste no processo mental de aplicar regras gerais a casos particulares – ou, inversamente, subsumir casos particulares sob regras universais –, de modo que se chegue numa conclusão falseável – isto é, passível de ser contraposta e/ou refutada. As pessoas precisam saber fazer julgamentos (sejam eles estéticos, morais, ou outros) para que saibam escolher e perseguir seus próprios interesses, e, portanto, serem livres. Ao

<sup>13</sup> Segundo Rothschild (1992, p. 93-4), para Smith, liberdade é não sofrer interferência dos demais, em todas as esferas da vida (dada a obediência às regras da justiça); nesse sentido, o conceito de liberdade natural não se restringe apenas à ideia dos indivíduos não sofrerem interferência no âmbito comercial, mas também nas outras esferas da vida (em seus hábitos, crenças, preferências, decisões, etc.). O termo “liberdade política” deve ser entendido aqui em acepção larga, uma vez que esse conceito ainda estava sendo construído à época.

<sup>14</sup> A respeito da preocupação de Smith com a redução da pobreza, ver também Hont e Ignatieff (1983), Himmelfarb (1984), Muller (1993), entre outros.

<sup>15</sup> O autor mantém explicitamente um diálogo com os dois conceitos de liberdade desenvolvidos por Berlin (2002).

mesmo tempo, assume-se a existência de certas pré-condições necessárias para que as pessoas desenvolvam a faculdade de julgar, não sendo ela inata aos indivíduos<sup>16</sup>. Essas pré-condições são sintetizadas por Fleischacker (1999, p. 18):

To learn how to judge for ourselves, it will turn out, we need: enough food, clothing, shelter, and health care to be independent of pressing bodily needs; a wide base of knowledge; a deep understanding of interpretation; enough leisure to engage in reflection; and a social position in which we are held responsible for our own decisions. If judgment is central to liberty, then it will be in bad faith to say that individuals have the liberty to make their own decisions where these conditions are not in place.

Tudo isso para dizer que, para o autor, Adam Smith é o pensador moderno que melhor articula uma filosofia moral e uma teoria política necessárias para possibilitar o desenvolvimento da capacidade de julgar dos indivíduos. Dessa maneira, a economia política de Smith seria direcionada por essa normatividade, indo na contramão da interpretação predominante acerca dos princípios morais que envolvem a *Riqueza das Nações*. Esses consistiriam em princípios utilitaristas (máximo bem estar para o máximo de pessoas) e na defesa do princípio que cada um possa realizar seus desejos próprios. Fleischacker (1999) discorda dessa leitura, argumentando que a justificativa de Smith para sua economia política reside em outras causas.

Fleischacker (1999) defende que Smith é adepto de um profundo igualitarismo no que se refere ao valor moral de cada indivíduo e na capacidade individual de julgar<sup>17</sup>, o que pode ser confirmado na seguinte passagem:

It is the egalitarianism of his view of human judgment, and not any claim about the nature of human motivation, that sets him [Adam Smith] apart from other thinkers of the time and that provides the essential premise for his arguments against government interference. Smith's controversial claim is about cognition: that all human beings, civilized and uncivilized, educated and uneducated, are capable of *judging well* about their own interests and situations, and in particular are generally better at so judging than any administrator or legislator trying to plan society from above (FLEISCHACKER, 1999, p. 139).

O julgamento é condição necessária para que cada um possa tomar decisões de acordo com os próprios interesses e dar sentido para a própria vida, sendo o seu desenvolvimento, em conjunto com a independência individual, o fim almejado por Smith, de acordo com Fleischacker (1999).

---

<sup>16</sup> Dessa maneira, Fleischacker (1999) caminha em outra direção em relação aos liberais radicais, que assumem que qualquer indivíduo, por mais miserável e desamparado que seja, tem a capacidade de julgar, sendo livre nesses termos.

<sup>17</sup> Ver também Fleischacker (2004; 2005).

O desenvolvimento da independência individual e das pré-condições necessárias para que cada um possa perseguir os próprios interesses estaria, assim, no cerne de sua filosofia moral e em sua defesa da sociedade comercial. Mais do que isso, o modelo de Estado e de instituições proposto por Smith seria um meio necessário para possibilitar a autonomização dos indivíduos e sua capacidade de julgar. Este seria o tom necessário para se entender, entre outros, as críticas que Smith faz às consequências ruins da divisão do trabalho, seu apelo por uma melhoria nas condições materiais dos pobres e sua reivindicação por educação pública.

As condições para o fomento do julgamento e da independência individual são resumidamente ilustradas na seguinte passagem:

[...] independence is both a mental and a physical condition—we must both think and act independently—and while the material underpinnings of the physical condition are simply that we be subject as little as possible to coercion, the material underpinnings of the mental condition include the host of social institutions making it possible for us to develop (1) self-command, (2) a rich appreciation of empirical detail, and (3) the counterbalancing skill in taking a general view without which empirical detail is meaningless (FLEISCHACKER, 1999, p. 170).

Fleischacker argumenta, portanto, que a defesa de Smith pelo livre-mercado, assim como pela intervenção do Estado em determinadas circunstâncias, se dá em função do fomento da faculdade de julgar. Esta que se assenta em seu igualitarismo acima mencionado. Nesse sentido, o autor confere à obra de Smith um sentido completamente diverso da interpretação tradicional, que enxerga em Smith um defensor “utilitarista” do livre-comércio.

No que se refere à hierarquia social assentada na distribuição da riqueza, como destaca Fleischacker (2013, p. 494), Smith parece minimizar a importância da igualdade material (e de status) para a felicidade das pessoas, ainda que demonstre preocupação com a miséria e dê indícios fortes de ser defensor de medidas que facilitaríamos a ascensão social dos pobres. Por outro lado, ele enxerga uma vantagem na desigualdade material, na medida em que enseja o ganho de produtividade e a maior produção de riqueza.

Charles Griswold (1999), ainda que concorde com Fleischacker quanto à presença de um igualitarismo moral em Smith, discorda tanto em relação à natureza desse igualitarismo quanto ao fio condutor que une a TMS e a WN (que, em alguma medida, está ligado ao igualitarismo do autor). Como será brevemente exposto, o autor discorda também de Rothschild (1992; 2001), pois, segundo ele, Smith não advoga nenhum esquema de redistribuição da riqueza com base em justiça social. Do contrário, Griswold (1999, p. 236) afirma que o igualitarismo moral de Smith não o impede de justificar uma hierarquia socioeconômica, respeitada as condições de justiça.

Para Griswold, Smith é um igualitário moral, no sentido que considera os indivíduos iguais na medida em que dispõem igualmente do mesmo potencial para pensar, julgar e agir. Isso é expresso na seguinte passagem: “Smith thinks that human beings are by nature roughly equal in their moral and intellectual abilities. Almost all differences can be explained, he holds, by reference to social conditions and education” (GRISWOLD, 1999, p. 199). Esse atributo do pensamento smithiano é fundamental para lastrear toda a sua teoria moral da simpatia (incluindo suas críticas ao racismo, ao preconceito religioso e de nacionalidade), que, por sua vez, dá bases para sua teoria da justiça e circunscreve sua economia política. Nesse sentido, pode-se afirmar que, para Griswold (1999), o pensamento igualitário de Smith lança os fundamentos para sua teoria moral, que está umbilicalmente conectada com sua economia política.

Sua concepção de justiça é, segundo Griswold (1999), preponderantemente comutativa. Isto é, uma conduta está em acordo com a justiça quando não causa prejuízos a e/ou fere outrem de alguma maneira condenável. Há uma hierarquia de males - desde tirar a vida, ferir outrem, privar alguém de sua propriedade legítima e quebrar contratos - cuja condenação vai de acordo com o grau de ressentimento sentido pelo espectador imparcial ao observar a ação de um indivíduo sob a perspectiva do afligido pela mesma (GRISWOLD, 1999, p. 234).

A conduta individual, no âmbito da esfera econômica, deve estar sujeita, no mínimo, às regras da justiça. Além disso, a conduta é influenciada também pelo desejo de *self-approbation* e *social approbation*, de modo que, por exemplo, a busca egoísta por satisfazer seus desejos não está simplesmente justificada. A “competição pela riqueza” está sujeita a um *fair play*, em que ninguém pode agir de maneira desleal para com outrem durante a “corrida”.

Mesmo que Smith se preocupe com que os pobres tenham acesso a uma condição mínima de vida decente, ele não advoga nenhum esquema de distribuição de riqueza nessas bases. Isto é, o autor argumenta que as recomendações de Smith a respeito do papel do Estado em redistribuir “bens” (como educação) não se justifica em termos de justiça, mas sim em termos de “utilidade pública”. Isso porque as leis da justiça possuem uma precisão quanto à sua aplicação que não existe no que se refere à distribuição de renda e riqueza, uma vez que nesse caso é de mais difícil determinação a natureza da injustiça. Desse modo, os esquemas de Smith que se assemelham com alguma forma de redistribuição são como meios de melhorar as condições de um convívio social harmônico.

Darwall (1999) argumenta, extrapolando Griswold (1999), que, dentro da teoria da justiça de Smith, há um reconhecimento fundamental da dignidade humana como valor inviolável, de modo que é também injusta (portanto, moralmente errada) uma conduta que trate

alguém violando sua dignidade. Vide a passagem: “We resent injuries, not just to our possessions or bodies, but also to our dignity as persons. [...] In other words, we resent disrespect of our dignity, our status as someone who may not (not to say, cannot) be treated in certain ways” (DARWALL, 1999, p. 144-5).

Esse último autor partilha essencialmente da mesma interpretação de Griswold. No entanto, como pode ser constatado em Darwall (1999; 2004; 2006), ele acrescenta ainda a noção de “dignidade igual” (*equal dignity*) na interpretação da teoria moral da simpatia e também no âmbito das trocas, de modo que atribui a Smith um igualitarismo moral e político mais profundo do que Griswold. Darwall (1999) nomeia de “liberalismo simpático” (*sympathetic liberalism*) a visão de Smith segundo a qual se sustenta a igual dignidade dos seres humanos, na medida em que são seres que dispõem da capacidade de se autogovernar (*self-command*).

Dessa maneira, no âmbito da psicologia humana relativa aos julgamentos morais, Smith seria adepto de uma concepção igualitária da dignidade humana. A teoria do espectador imparcial e o modo como as pessoas se projetam inconscientemente sob a perspectiva dos outros pressupõe que, a despeito das diferenças de atributos pessoais (origem de classe, nacionalidade, gênero, etc.), os indivíduos são quase forçados pela mente a se enxergar sob alguma espécie de igualdade. Circunscritos em um quadro de justiça, os indivíduos estão, portanto, em reciprocidade em termos de dignidade.

Darwall (2004) estende a noção de dignidade igual às relações de troca. Isso porque, ao trocarem, os indivíduos inconscientemente assumem que se trata de uma relação voluntária entre duas pessoas capazes de julgar por si mesmas; também porque o outro respeitará o processo e seu desfecho, sem intenção de desfazer a troca por meio de coerção e/ou violência. Isto é, os indivíduos, no âmbito de uma troca *justa* (*i.e.*, que respeite as normas da justiça), se reconhecem reciprocamente como iguais em valor e dignidade.

Peart and Levy (2005; 2016) entendem Smith como adepto do que denominam de “igualitarismo analítico” (*analytical egalitarianism*). Essa sorte um tanto quanto inusitada de igualitarismo se refere ao tratamento igualitário, em termos de valor moral, empregado por Smith na análise dos indivíduos e dos distintos grupos sociais. Essa forma de conceber as pessoas e os indivíduos implica em negar qualquer hierarquia entre os seres humanos, não partilhando de qualquer tipo de racismo ou eugenismo. A igualdade se assenta primordialmente na capacidade de todos os seres humanos de tomarem decisões por si mesmos, como mostra a passagem:

In Smith’s account, all people, philosophers and subjects alike, are motivated by fame and fortune, and we are all equally capable of making decisions. We call this doctrine,

which makes no distinction between the street porter and the philosopher, *analytical egalitarianism* (PEART and LEVY, 2005, p. 4).

Para os autores, o igualitarismo analítico de Smith, que era uma forma de pensamento comum a outros economistas clássicos, pode ser constatado por toda sua obra. Na TMS, sua noção de simpatia, em contraposição à de Hume, supõe que todos os indivíduos possuem um “entendimento simpático” (*sympathetic understanding*), de modo que eles conseguem, em alguma medida, se colocar no lugar dos outros, como iguais, e julgar seus sentimentos. Hume, por sua vez, argumentou que as pessoas são “simpáticas” em relação aos seus semelhantes e iguais, mas não que as pessoas sejam iguais, criando uma hierarquia de simpatia entre indivíduos, por exemplo, de grupos sociais diferentes<sup>18</sup>.

No que se refere à obra WN, a seguinte passagem é citada para ilustrar o igualitarismo analítico presente na economia política de Smith:

The difference of natural talents in different men is, in reality, much less than we are aware of; and the very different genius which appears to distinguish men of different professions, when grown up to maturity, is not upon many occasions so much the cause, as the effect of the division of labour. The difference between the most dissimilar characters, between a philosopher and a common street porter, for example, seems to arise not so much from nature, as from habit, custom, and education. When they came into the world, and for the first six or eight years of their existence, they were a, perhaps, a very much alike, and neither their parents nor play-fellows could perceive any remarkable difference. About that age, or soon after, they come to be employed in very different occupations. The difference of talents comes then to be taken notice of, and widens by degrees, till at last the vanity of the philosopher is willing to acknowledge scarce any resemblance (WN I.ii.4).

As diferenças de atributos pessoais e características entre os indivíduos, como aquelas entre um filósofo e um simples carregador, são mais efeito do que causa da divisão do trabalho, apesar da vaidade do primeiro impedi-lo de reconhecer o fato. Assim, Smith se contrapõe radicalmente, por exemplo, à hierarquia do pensamento aristotélico<sup>19</sup>.

Os autores argumentam que, como corolário do igualitarismo analítico de Smith e dos clássicos em geral em relação à noção de simpatia, estaria uma agenda de reformas político-econômicas voltadas para melhorar as condições da maioria da população. Respeitadas certas condições de justiça e reciprocidade (não ferir os direitos das minorias), o aprimoramento das condições sociais dos mais pobres, na medida que enseja um nivelamento da simpatia e os coloca em pé de igualdade com os demais grupos sociais, ou *ranks*, é benéfico para toda a sociedade. Os autores mencionam a seguinte passagem para embasar o argumento:

<sup>18</sup> Sobre a diferença do conceito de “simpatia” entre Hume e Smith, ver Levy and Peart (1999).

<sup>19</sup> Para uma reação a Peart and Levy (2005), ver Persky (2008).

Is this improvement in the circumstances of the lower ranks of the people to be regarded as an advantage or as an inconveniency to the society? The answer seems at first sight abundantly plain. Servants, labourers and workmen of different kinds, make up the far greater part of every great political society. But what improves the circumstances of the greater part can never be regarded as an inconveniency to the whole. No society can surely be flourishing and happy, of which the far greater part of the members are poor and miserable. It is but equity, besides, that they who feed, cloath and lodge the whole body of the people, should have such a share of the produce of their own labour as to be themselves tolerably well fed, clothed and lodged (WN I.viii.36).

Segundo os autores, há ganhos imateriais que entram no “cálculo” dessa espécie de “pensamento utilitário” *sui generis* que atribuem a Smith e aos clássicos, como pode ser constatado a partir das seguintes passagens:

In the context of reform, sympathy enabled the classical economist to hold that political or economic reform that placed other human beings on a footing more closely approximating equality yielded benefits to both parties in the transaction. Those in the majority benefited from having their view of the world, and of their standing within the world, improved, and for this they were willing to contribute something (Peart and Levy, 2005, p. 183).

[...] benefits might occur in terms of sympathy, as individuals recognize that there are mutual benefits associated with improved reciprocal standing. In contemporary parlance, we might say that people agree a policy is the ‘right thing to do’ even though it ‘costs’ the taxpayer higher taxes (Peart and Levy, 2005, p. 191-2).

Em contraposição a essa interpretação de certa forma “utilitarista” de Smith<sup>20</sup>, Fleischacker (1999, p. 146-7), discorrendo sobre o mesmo trecho da WN citado acima (WN I.viii.36), argumenta que a defesa de Smith pela reforma e pela melhora na condição dos mais pobres se justifica em outras bases. Essas seriam relativas à sua preocupação em possibilitar as condições necessárias para que as pessoas desenvolvam sua independência e capacidade de julgamento, como visto.

Ryan Hanley, na obra *Adam Smith and the Character of Virtue* (2009), argumenta que a ética de Smith (sua teoria da virtude, introduzida apenas da sexta edição da TMS) é um reflexo de seu reconhecimento dos problemas ensejados pela sociedade comercial e, ao mesmo tempo, da tentativa de amenizá-los e saná-los. Nesse sentido, Hanley (2009) enxerga na obra de Smith um caráter normativo, no sentido de propor um sistema moral prático que vise possibilitar o aperfeiçoamento individual e coletivo (em termos de ética e virtude), canalizando as potencialidades da sociedade comercial para o lado positivo, e, assim, evitando seus abusos, corrupções e afins.

---

<sup>20</sup> O uso das aspas e a cautela para se falar em utilitarismo no contexto de Smith se justifica pelo anacronismo de tal atribuição, uma vez que a doutrina utilitarista ainda não existia propriamente quando Smith escreveu. O uso do termo, portanto, se refere ao fato dos autores enxergarem em Smith certa defesa do aprimoramento das condições da maioria, respeitadas certas pré-condições, nada além disso.

Hanley (2009) argumenta que os motivos principais que levam Smith a defender a sociedade comercial são a redução da pobreza (através da dispersão da opulência material para todos os *ranks*) e a redução da dependência pessoal direta, que era característica das sociedades pré-modernas, como no caso do feudalismo. Não obstante, Smith reconhece que o comércio e a busca por reconhecimento/aprovação social, que induz as pessoas a buscarem a riqueza, podem trazer vários prejuízos e consequências deletérias, tanto em termos psíquicos quanto sentimentais (como ansiedade, cobiça, vaidade, avareza, estresse e duplicidade de caráter). Assim, há uma profunda tensão entre os bens e os males desse tipo de sociedade.

O exemplo mais claro da contradição, do qual Smith estava ciente, se refere às consequências da desigualdade material entre os diferentes *ranks* da sociedade. Como será melhor explicado no próximo capítulo, Hanley (2009, p. 17) argumenta que Smith defende a desigualdade de acesso à riqueza, na medida em que ela proporciona, a partir da lógica de resultados imprevistos, uma maior opulência material para todos os níveis sociais<sup>21</sup>. No entanto, argumenta Hanley (2009, p. 45-50) que a desigualdade danifica a capacidade de simpatia entre indivíduos de diferentes estratos sociais. Isso porque o desnível de *status* e de acesso à riqueza enseja um desnivelamento da simpatia, uma vez que quanto mais diferentes (em termos de “hábitos de classe”) e/ou distantes as pessoas forem uma das outras, menor a capacidade delas simpatizarem com os sentimentos umas das outras. Dessa maneira, a desigualdade faz com que os mais pobres sejam desprezados pelos demais; a dor e a profunda tristeza que a falta de reconhecimento traz aos pobres é, para Smith, até mesmo mais severa que os efeitos ruins da desigualdade material.

Nesse sentido, como interpreta Hanley, a sexta parte da TMS, acrescentada à sexta edição, de 1790, traria os “remédios” pensados por Smith para a sociedade comercial. Esses “remédios” se traduzem numa teoria normativa da virtude, voltada para o aperfeiçoamento individual. Segundo Hanley (2009, p. 45), a noção de Smith de aprimoramento moral dos indivíduos a partir do “amor pela virtude” é repleta de um espírito igualitário, que está no cerne da conduta virtuosa:

[...] for Smith the concept of moral nobility is itself seemingly paradoxically infused with a solicitude for the needs of the poor and the weak; Smith’s achievement with regard to the redefinition of nobility is his harmonization of a commitment to excellence with the spirit of egalitarianism.

Em uma nota de rodapé (HANLEY, 2009, p. 45), o autor qualifica o que quer dizer com o termo “egalitarianism”:

---

<sup>21</sup> O que não implica, vale dizer de saída, que quanto maior a desigualdade, melhor.

My own application of the label of “egalitarian” to Smith refers only to his concern for the well-being of the poor that is commonly associated with egalitarianism today. Insofar as Smith himself privileges concern for the poor over realization of perfect or absolute equality, in contemporary parlance his position is perhaps more accurately described as “prioritarian” rather than egalitarian [...].

O sistema prático de moralidade de Smith, segundo Hanley (2009, p. 132), possui um caráter dialético, em que a solução normativa para certos problemas enseja o surgimento de novos obstáculos ao comportamento virtuoso. Se a prudência é o remédio indicado para mitigar a ansiedade, inquietude e duplicidade de caráter originários do comércio, ela cria a tendência ao comportamento individualista e “mediocre” (que não busca a excelência moral). A virtude da magnanimidade é apontada como uma forma de superar parcialmente a mediocridade, na medida em que valoriza o comportamento não só voltado para a aprovação social, mas o comportamento que merece ser louvado. Esse merecimento (*praiseworthiness*) está ligado a valores “trans-éticos”, que, em suma, reconhecem a igualdade fundamental entre os seres humanos enquanto tais.

No entanto, é através da virtude da beneficência que o “caráter da virtude” é plenamente atingido. Pois a magnanimidade enseja o vício do apego pelo reconhecimento. A excelência moral dos indivíduos se assenta, portanto, no reconhecimento da igualdade entre os seres humanos, de modo que a norma prática da ação está voltada para o aprimoramento da condição dos demais, sem que o apego pelo reconhecimento dos demais seja necessário.

Nesse sentido, há uma conexão orgânica entre o sistema prático de moralidade montado na TMS e a WN, segundo Hanley (2009), que está ligado ao que se pode chamar de um igualitarismo moral em Smith (com desdobramentos no âmbito socioeconômico). Pois a sociedade comercial e o seus mecanismos de funcionamento, através dos quais uma interdependência benéfica entre os indivíduos é cristalizada, permitem o espriamento da opulência mesmo para os estratos inferiores da sociedade, aceita uma desigualdade necessária. E é justamente na melhoria da condição dos mais pobres, em conjunto com o reconhecimento destes pelos demais, que consiste o caráter da virtude.

## 2- Capítulo II

Neste capítulo são analisadas as interpretações que entendem haver algum tipo de hierarquia na obra de Smith. É feita uma revisão bibliográfica sobre o tema; as formas de hierarquia constatadas, como melhor explicado a seguir, são ou moral ou socioeconômica.

### 2.1- Revisão da literatura

Vivienne Brown, em sua obra *Adam Smith's Discourse* (1994), apresenta o ponto de vista mais antagônico em relação a todos os autores já considerados. Além de fazer uma crítica estrutural ao método de reconstrução histórica, utilizado por todos os demais autores, ela considera haver uma hierarquia moral no pensamento de Smith contido na TMS. Dada a grande relevância de sua discordância para o debate em análise nesse trabalho, um espaço mais longo nesta seção será destinado à exposição de sua argumentação.

Brown (1994) propõe um método de pesquisa diferente da reconstrução histórica. Esse método busca entender o significado dos textos a partir da estrutura discursiva dos mesmos, tomados separadamente. Isso porque, segundo a autora, o método que se vale da leitura cruzada de diferentes obras do mesmo autor, e da leitura de certos trechos de uma obra à luz de outros, só é adequado quando as obras apresentam a mesma estrutura discursiva e estilística. Para além, seriam necessárias evidências suficientes para se considerar que havia uma intenção do autor em considerar diferentes trabalhos como parte de uma obra una e orgânica.

Para ela, não há evidências suficientes para se falar das intenções de Smith, ou para se assumir uma coerência *a priori* entre as obras. Dessa maneira, a coerência das obras deve ser verificada *a posteriori*, isto é, após à consideração dos textos separadamente. Somente se apresentarem a mesma estrutura de discurso seria válido o método interpretativo característico da reconstrução histórica.

Assim, não está autorizada, à primeira vista, uma interpretação de um texto que busque preencher lacunas semânticas a partir de referências cruzadas com outros textos do autor. Isso significa que o significado do texto é construído a partir da leitura do mesmo, ou ainda, da forma pela qual é lido, que se relaciona com sua estrutura discursiva e estilística.

Brown (1994) argumenta que, dentro dessa perspectiva metodológica, é preciso reconstruir a estrutura discursiva de cada texto, que, no caso de Smith, orbita entre uma estrutura dialógica, caracterizada pela combinação de várias vozes em diálogo e pela intertextualidade

(típica de romances), e uma estrutura monológica, caracterizada pela predominância de apenas uma voz conduzindo a narrativa (típica de textos científicos, em que uma voz assume um tom de autoridade). Segundo ela, diferentes estruturas discursivas em diferentes textos têm implicação direta sobre o significado dos mesmos e sobre a perspectiva moral embutida em cada um deles, em termos de discurso.

A pretensão de tal interpretação é exposta na seguinte passagem:

By questioning the received interpretation of Adam Smith's works in the canon, the reading offered in this book is also engaging with the construction of that canon. The meanings of texts are not simply given to later generations but are produced through certain practices of reading; as part of this process, authority is vested in canonic texts whose meanings are then subject to a continuous process of reappropriation. For this reason, recovering the meaning of historical texts is always situated within the context of modern disciplinary interests and cannot amount to a pure retrieval of the past. By making explicit the textual and discursive nature of the construction of such meanings, this book is offered as a contribution towards an understanding of the formation of the canon itself (BROWN, 1994, p. 6).

Ou seja, pretende-se analisar como a própria forma pela qual os textos foram escritos (e, portanto, lidos), teve influência sobre a produção de um significado. A partir disso, pode-se entender como esses fatores contribuíram para formar o cânone em questão, isto é, a obra de Smith<sup>22</sup>. Num segundo momento, a intenção é dar uma nova feição ao discurso de Smith como um todo, ao entender quais são as implicações dos diferentes significados das obras.

A tese de Brown (1994) que interessa ao escopo deste trabalho é que a TMS e a WN possuem estruturas discursivas diferentes. Enquanto a TMS possui uma estrutura dialógica, que reflete a natureza do julgamento moral para Smith, a WN possui uma estrutura monológica, que implica em um texto guiado de forma didática por um narrador, caracterizado pelo tom de autoridade típico do discurso científico. Em última instância, essa diferença fundamental é traduzida em experiências de leitura distintas, em que a perspectiva moral do discurso é alterada. O discurso da TMS é essencialmente moral, enquanto que o da WN é marcado pela amoralidade.

A estrutura dialógica que marca o texto da TMS reproduz a própria natureza do julgamento moral. A voz do narrador, ao se misturar com a do leitor (na medida em que se muda da terceira pessoa do singular para a primeira do plural) reproduz o “diálogo” entre o

---

<sup>22</sup> No entanto, pondera-se, estudar a estrutura discursiva do texto para entender como esta produz um significado pode ser anacrônico se não se considerar o contexto em que o texto foi lido, ou a roupagem histórica de quem o leu. Isto é, a formação do cânone não pode desprezar os seguintes fatores: (a) quem foram as pessoas que leram Smith à época e o contexto em que estavam embutidas; (b) os interesses das pessoas que o leram. O grande desafio é de como pesar a influência da estrutura discursiva em si em relação à apropriação arbitrária e intencional daqueles que o leram para formar o cânone Adam Smith.

indivíduo que julga e o espectador imparcial, que caracteriza o julgamento moral. A voz do narrador perde o caráter de afastamento imparcial do texto, que é marca da produção científica. Desse modo, o texto constantemente impele o leitor a um posicionamento moral diante das circunstâncias que são expostas.

É importante aqui explorar como, segundo Brown (1994), a estrutura discursiva da TMS implica em uma hierarquia moral das virtudes, esta que implica em uma hierarquia moral entre os seres humanos. As virtudes superiores, para a autora, a do autocontrole e da beneficência, são aquelas que exigem um diálogo com o espectador imparcial na determinação da conduta e formação do julgamento; enquanto que as virtudes inferiores, da justiça e da prudência, exigem apenas a obediência a regras gerais pré-estabelecidas. A estrutura do texto, segundo a autora, transmite o sentido de que a grande maioria da humanidade é apenas capaz de atingir as virtudes inferiores (uma vez que somente quando se trata destas a voz se translada para o plural). Enquanto que, ao falar dos homens verdadeiramente virtuosos, que compõem uma ínfima parte do todo, a voz se desloca para a terceira pessoa do plural, assumindo um tom didático.

O comportamento daqueles que formulam julgamentos a partir do “diálogo” com o espectador imparcial é considerado superior em relação àquele que apenas obedece a regras gerais. Isso porque o segundo é inapropriado para certas formas de julgamento que deveriam considerar os sentimentos particulares ao invés de regras (isto é, a contingência, e não a necessidade), além de que a obediência às regras não é precisa o suficiente para determinar o comportamento moralmente adequado (BROWN, 1994, p. 74).

As seguintes passagens da TMS são citadas pela autora para embasar seu argumento. Na primeira delas, Smith parece afirmar que apenas um grupo seletivo de indivíduos são de fato admiradores da virtude. Na segunda, que a maioria da humanidade não pode alcançar o comportamento verdadeiramente virtuoso, ainda que a obediência às leis da justiça possa lhes permitir um comportamento socialmente adequado:

*They are the wise and the virtuous chiefly, a select, though, I am afraid, but a small party, who are the real and steady admirers of wisdom and virtue. The great mob of mankind are the admirers and worshippers, and, what may seem more extraordinary, most frequently the disinterested admirers and worshippers, of wealth and greatness (TMS I.iii.3.2).*

*The coarse clay of which the bulk of mankind are formed, cannot be wrought up to such perfection. There is scarce any man, however, who by discipline, education, and example, may not be so impressed with a regard to general rules, as to act upon almost every occasion with tolerable decency, and through the whole of his life to avoid any considerable degree of blame (TMS III.5.1).*

Nesse sentido, portanto, a hierarquia das virtudes presente na TMS se desdobra numa hierarquia moral no pensamento de Smith, revelada pela estrutura discursiva. Essa hierarquia se fundamenta, grosso modo, na divisão das pessoas entre aquelas capazes de um comportamento verdadeiramente virtuoso e aquelas que, por não disporem da capacidade intelectual para formular julgamentos por si próprias, têm o comportamento restrito a uma moralidade inferior. Isso vai em desacordo com os autores que atribuíram algum tipo de igualitarismo moral à mesma obra do pensador escocês.

Por fim, vale dizer, apenas as virtudes inferiores (da justiça e da prudência) circunscrevem o comportamento humano na esfera comercial. Na WN, cujo texto é marcado pelo afastamento e autoridade do narrador, não há lugar para um discurso moral; os agentes não trocam posições da mesma forma que o fazem na TMS através da simpatia, e tampouco recorrem ao espectador imparcial no exercício das trocas<sup>23</sup>. A própria metáfora da mão invisível, argumenta Brown (1994), simboliza isso; enquanto que o exercício do julgamento moral é análogo à visão, e exige *enxergar* sob a perspectiva do indivíduo afligido, a metáfora da WN se constitui em um objeto “cego” (a mão) e invisível.

Para Brown (1994, p. 191-2), a desmoralização do discurso da WN em relação ao da TMS também pode ser constatada na noção de “liberdade”:

Within the discourse of TMS, the freedom of the moral agent is a moral freedom as it is circumscribed by the dialogic requirements of individual conscience; moral judgments are made by reference to the impartial spectator and this is meant to provide moral bounds to the kind of decisions and actions that would be taken. Within WN, however, this moral dialogism is absent and individual freedom is unbounded by moral considerations although it is constrained by the positive laws of a country. Thus, what emerges in WN is a concept of individual freedom deployed within a basically amoral discourse.

Isto é, a liberdade de ação dentro do discurso da moralidade leva em consideração todos os condicionantes morais da ação individual. Já na esfera comercial, a liberdade “econômica” não apresenta a mesma natureza moral; do contrário, apenas as considerações a respeito da garantia da propriedade e dos contratos são levadas em conta. Nesse sentido, o discurso de Adam Smith, segundo a autora, transmite a ideia de que a esfera comercial e a esfera pública são espaços esvaziados de moralidade, enquanto que a virtude e a excelência moral são relegados à vida privada e ao âmbito exclusivo do indivíduo.

A ordem cronológica do debate é aqui brevemente interrompida em função da conveniência de se inserir, respectivamente, o contraponto e a concordância de Raphael (2007). O autor critica a interpretação de Brown (1994) em relação ao *status* da justiça enquanto virtude.

---

<sup>23</sup> Darwall (1999; 2004) é um contraponto.

Pois, se para a autora, a justiça em Smith não depende de julgamentos morais, mas apenas de regras pré-estabelecidas (BROWN, 1994, p. 183), para Raphael (2007) isso não se aplica. A justiça não seria, portanto, uma virtude inferior, como a prudência. Ainda que o autor não desenvolva a crítica a Brown, deduz-se que a alegada amoralidade do discurso da WN não pode se sustentar, dado que, argumenta o autor, a justiça depende de julgamentos morais.

Não obstante, isso não impede Raphael (2007, p. 122) de concordar com o fato de que há uma hierarquia moral na TMS: “Smith’s ethical thought is conveyed primarily in the *Moral Sentiments*, and you would not associate Smith with egalitarianism if you were to read the *Moral Sentiments* alone”. Apesar de não apresentar uma argumentação muito consistente, Raphael (2007, p. 122-6) faz ponderações interessantes quanto aos supostos traços igualitários em Smith, em diálogo explícito com Fleischacker.

Para ele, a argumentação que atribui a Smith uma visão igualitária quanto às capacidades e talentos pessoais é um exagero (RAPHAEL, 2007, p.124). Em relação, por exemplo, à passagem do filósofo e do carregador de rua, muito citada pelos autores analisados no capítulo anterior, ele afirma:

[...] the passage about the philosopher and the porter is the strongest expression of Smith’s view on the topic, and it does not say that the natural abilities of the two are essentially equal; it says that in their infancy they were ‘perhaps very much alike’, so that others could not perceive ‘any remarkable difference’ (RAPHAEL, 2007, p. 123).

Não obstante, em reflexão tardia, Raphael admite haver uma concepção básica de igualdade na consideração de Smith em relação às pessoas. As seguintes passagens da TMS são as que justificam essa ponderação: “When he views himself in the light in which he is conscious that others will view him, he sees that to them he is but one of the multitude in no respect better than any other in it” (TMS II.ii.2.1).

That it is not a regard to the preservation of society, which originally interests us in the punishment of crimes committed against individuals, may be demonstrated by many obvious considerations. The concern which we take in the fortune and happiness of individuals does not, in common cases, arise from that which we take in the fortune and happiness of society. We are no more concerned for the destruction or loss of a single man, because this man is a member or part of society, and because we should be concerned for the destruction of society, than we are concerned for the loss of a single guinea, because this guinea is a part of a thousand guineas, and because we should be concerned for the loss of the whole sum. In neither case does our regard for the individuals arise from our regard for the multitude: but in both cases our regard for the multitude is compounded and made up of the particular regards which we feel for the different individuals of which it is composed. [...] so when a single man is injured, or destroyed, we demand the punishment of the wrong that has been done to him, not so much from a concern for the general interest of society, as from a concern for that very individual who has been injured. [...]The concern which is requisite for this, is no more than the general fellow-feeling which we have with every man merely because he is our fellow-creature (TMS II.ii.3.10).

Nesses trechos, Smith disserta sobre as virtudes da justiça e da beneficência. A primeira passagem se refere ao trecho em que, no que tange o comportamento que está em acordo com a observância das leis da justiça, argumenta-se que os indivíduos devem se enxergar como iguais aos demais, controlando suas tendências egoístas. Essa é a base para o funcionamento da justiça e a harmonia social. Na leitura deste trabalho, esse trecho indica que o cumprimento das leis da justiça requer um robusto igualitarismo normativo, pois, mesmo que as pessoas não sejam iguais, elas têm o dever de se enxergar dessa forma.

A segunda passagem ocorre no contexto em que Smith explica o fundamento segundo o qual as leis da justiça se justificam, ou segundo o qual se aceitam as punições aos comportamentos injustos. Nesse âmbito, em oposição à crença do senso comum, que atribui à garantia da ordem e da coesão social a validade da justiça, é argumentado que essa se dá em função do reconhecimento recíproco entre os seres humanos como seres morais. Isso implica, de fato, em um reconhecimento de certa igualdade entre os indivíduos, ainda que o fundamento dessa igualdade não fique muito claro<sup>24</sup>.

O mais interessante para o propósito do trabalho, entretanto, é o que se refere à presença de hierarquia socioeconômica no pensamento de Smith. Pois, no que se refere à discussão posta na introdução sobre a contribuição do autor para o surgimento de um discurso econômico, é de suma relevância entender em que medida Smith endossa o funcionamento da sociedade comercial e suas consequências.

Vale dizer que, desde a morte de Smith, na última década do século XVIII, sua obra foi aceita majoritariamente como um cânone do livre-comércio (ROTHSCHILD, 1992). Em síntese grosseira, isso significa dizer que, ao menos no âmbito material da sociedade, Adam Smith foi interpretado como um “libertário”, e não como um “igualitário”. As interpretações que chamam atenção para seus traços supostamente igualitários, assim como aquelas que entendem sua economia política sob a égide de sua moralidade, são relativamente recentes, e são as que ganharam destaque nesse trabalho. São justamente essas interpretações que se valem do método de reconstrução histórica, que, ainda que longe de impecável, apresenta maior rigor teórico na compreensão do pensamento dos autores.

---

<sup>24</sup> Como argumentam vários dos autores contemplados no capítulo anterior, essa igualdade, ainda que normativa, é a implicação necessária para a teoria da simpatia de Smith. É justamente em função dessa capacidade da imaginação a partir da qual o indivíduo pode se colocar no lugar do outro, diante de uma determinada situação, que o espectador se vê como igual ao agente, tendo que avaliar os sentimentos do segundo de acordo com o seus próprios.

Hont e Ignatieff (1983, p. 44) e Winch (1996, p. 98) concordam em um ponto: Smith reconhece na desigualdade de acesso à riqueza uma legitimidade moral. Essa última se dá, segundo eles, em função da melhoria geral, em termos da condição material disponível aos estratos inferiores da sociedade, que a hierarquia material permite. Winch (1996, p. 101) afirma, para além, que a concepção negativa de justiça presente em Smith está em acordo com sua defesa de uma sociedade dividida em *ranks* de acesso à riqueza. Nesse sentido, o autor afirma que redistribuição de renda e riqueza, para Smith, implica em infringir o sistema de liberdade natural.

Griswold (1999), que foi contemplado na seção anterior, conquanto reconheça certo igualitarismo moral em Smith, não deixa de reconhecer que, respeitadas as condições da justiça, justifica-se uma hierarquia socioeconômica. Isso pode ser entendido a partir da teoria da justiça presente na TMS.

Segundo ele, a concepção de justiça de Smith é quase que estritamente comutativa. Isto implica que a justiça possui um significado negativo, de limitação da conduta, em detrimento de um significado positivo, o que leva Smith a afirmar que: “We may often fulfil all the rules of justice by sitting still and doing nothing” (TMS II.ii.1.10).

Dessa maneira, argumenta Griswold (1999, p. 236): "This fair play conception of justice requires neither equality of outcome in the game nor equality of starting points (e.g., skill at playing the game), as Smith's qualified reconciliation with the fact of a social hierarchy of wealth and power indicates". Ele se refere à seguinte passagem da TMS:

In the race for wealth, and honours, and preferments, he may run as hard as he can, and strain every nerve and every muscle, in order to outstrip all his competitors. But if he should jostle, or throw down any of them, the indulgence of the spectators is entirely at an end. It is a violation of fair play, which they cannot admit of (TMS II.ii.2.2).

Isto é, sob a égide da justiça, que circunscreve a economia política, não há impedimentos *a priori* para se aceitar desigualdades de oportunidade e/ou desigualdade de acesso à riqueza. Justiça comutativa não implica em justiça distributiva. Griswold (1999) argumenta que, nos pontos em que Smith clama por alguma sorte de “redistribuição”, como em seu apelo por um sistema de educação pública e em suas “diretrizes” para a cobrança de impostos, no Livro V da WN, o motivo é “utilidade pública”, e não justiça.

Ryan Hanley (2009) apresenta uma argumentação mais sofisticada para tratar da questão da hierarquia de acesso à riqueza na WN. Ele argumenta que os motivos principais que levam Smith a fazer uma defesa da sociedade comercial são a redução da pobreza e a redução da dependência pessoal direta, como apontado no capítulo anterior deste trabalho.

A defesa de ambos os pontos ocorre pela exposição de dois paradoxos, que subvertem o senso comum. O primeiro é que a desigualdade de acesso à riqueza possibilita, em última instância, o aumento e a dispersão da opulência material para todos os estratos sociais<sup>25</sup>. O segundo paradoxo é que, por meio do aumento da interdependência pessoal que a divisão do trabalho ocasiona, reduz-se dramaticamente a dependência pessoal direta. Se antes, na sociedade feudal, mil pessoas dependiam da vontade de uma, na sociedade comercial, uma pessoa passa a depender de mil através do trabalho e das trocas. Isso implica numa desconcentração de poder, que, combinada com o aumento da riqueza, segundo Hanley (2009), subverte a lógica hobbesiana de que riqueza e poder se concentram ao mesmo tempo.

---

<sup>25</sup> O que não significa dizer que quanto maior a desigualdade, melhor. Também não quer dizer que as críticas de Smith a respeito da vaidade, ganância e outras formas não virtuosas do comportamento dos ricos sejam invalidadas.

### 3- Capítulo III

Nesse capítulo são feitas considerações de várias naturezas sobre o debate interpretativo ilustrado nos capítulos precedentes. Os comentários sobre igualitarismo são feitos a partir de uma breve contextualização da questão no Iluminismo Escocês, destacando-se a importância que os estudos sobre os autores que estão inseridos nesse movimento filosófico ganharam recentemente. O capítulo se subdivide em duas seções; na primeira seção é feita a contextualização do problema, enquanto que na segunda são tecidas considerações a respeito de tudo que foi exposto nos capítulos anteriores.

#### 3.1- O Iluminismo Escocês e sua importância recente

O debate sobre os traços igualitários em Adam Smith deve ser entendido à luz do Iluminismo Escocês. Esse termo foi cunhado para designar uma corrente de pensamento (em acepção larga) presente na Escócia do século XVIII, que abrangia autores com pensamentos distintos, porém que possuíam traços em comum. O fio condutor que ligava os *literati* escoceses<sup>26</sup> estava relacionado à reflexão sobre o ambiente político e econômico da Escócia à época, em conjunto com o progresso econômico da Inglaterra. Cerqueira (2006, p. 20) resume a situação sobre a qual os pensadores recorrentemente refletiam:

Diante do contraste entre a riqueza proporcionada pela agricultura praticada em moldes capitalistas e pela expansão comercial na Inglaterra e, de outro lado, a pobreza e o atraso da agricultura na Escócia, os *literati* tiveram que refletir sobre a possibilidade de superar esse quadro e a conveniência de fazê-lo transformando a Escócia em uma “sociedade comercial”, a exemplo da inglesa.

Para além, havia no século XVIII um debate entre os filósofos escoceses sobre a relação entre desenvolvimento do comércio, progresso e civilização (TRIBE, 1999). Assuntos como as contradições entre riqueza e virtude, divisão do trabalho e opulência material, riqueza e independência, progresso, entre outros, eram recorrentemente abordados. Em que pese o reconhecimento dos efeitos positivos da expansão do comércio pela grande parte dos pensadores, várias críticas e preocupações também foram levantadas.

Os pensadores associados ao Iluminismo Escocês, principalmente no que se refere a Adam Smith, ganharam grande destaque no contexto recente. Desde publicação dos trabalhos

---

<sup>26</sup> Dentre eles, Francis Hutcheson, David Hume, Adam Smith, Adam Ferguson, Henry Kames, William Robertson, John Millar, entre outros.

de Quentin Skinner, John Dunn, John Pocock e outros na segunda metade do século XX, que constituíram o núcleo duro do chamado método de reconstrução histórica (Cf. TRIBE, 1999, p. 615-9), e, com a publicação da *The Glasgow Edition of The Works and Correspondence of Adam Smith* (1976), um novo esforço vem sendo feito por pesquisadores para compreender as obras. Nesse sentido, novos trabalhos acerca dos textos dos *literati* escoceses surgiram, muitas vezes trazendo à tona novas interpretações, que acabaram por formar uma nova imagem dos pensadores e do sentido de suas obras, como é o caso de Adam Smith. De um Smith geralmente interpretado como defensor do *laissez faire* e preocupado com a eficiência econômica<sup>27</sup>, criou-se uma imagem de um pensador mais complexo, preocupado com questões relativas à filosofia moral, à jurisprudência natural, à retórica, entre outros<sup>28</sup>.

O método de reconstrução histórica, mencionado acima, e por meio do qual um novo Adam Smith pôde surgir, preza pelo esforço de reconstrução da intenção do autor ao escrever o texto. Para entender o que o autor quis dizer ao escrever, busca-se compreender seu pensamento à luz da história das ideias e do discurso, evitando os anacronismos de imputar aos autores algo que não poderiam ter querido dizer (POCOCK, 1985).

Para tanto, é dada ênfase à linguagem e ao discurso<sup>29</sup> empregados no texto, o que implica reconstruir o contexto histórico e intelectual no qual o autor estava inserido, além de examinar a sua correspondência e realizar leitura cruzada de diferentes textos de sua autoria. Entende-se que a linguagem da qual se vale o autor exerça grande influência sobre o significado pretendido por ele, o que não significa dizer que o último estivesse deterministicamente preso aos significados do vocabulário de sua época; pelo contrário, um autor pode muito bem inovar a forma discursiva comum de seu tempo ao usar a linguagem de maneira diferente do usual (POCOCK, 1985).

Para além, esse método implica também em estudar as respostas e os debates suscitados com a publicação de determinada obra. Isso é importante para entender como o texto pode ter contribuído com inovações na linguagem e na forma do discurso vigentes em seu contexto histórico, o que deve ser entendido a partir da performance do texto e da sua interpretação (POCOCK, 1985).

---

<sup>27</sup> Trabalhos mostram esse tipo de interpretação da obra de Smith podem ser conferidos em Medema (2010) e Viner (1927)

<sup>28</sup> Para uma revisão da literatura recente sobre Adam Smith, ver Brown (1997).

<sup>29</sup> “Discurso” pode ser entendido, de maneira genérica, como a forma de concatenar as ideias e os conceitos, de modo a criar juízos dotados de sentido.

Esse método, quando aplicado aos autores do Iluminismo Escocês<sup>30</sup>, permite que se entenda o pensamento dos mesmos à luz do debate em que estavam, de alguma maneira, imersos. Isso possibilita, entre outros, reconstruir (com grau variável de precisão) o que, de fato, autores como Smith quiseram dizer ao usar determinada linguagem e discurso para tratar de certo assunto; o que não exclui a possibilidade de verificar em que medida o autor foi original e inovou em seu tratamento (tanto em forma quanto em conteúdo). É sob essa perspectiva que são resgatados aqui conceitos-chave presentes nas obras dos escoceses, que são importantes, entre outros, para entender a natureza da hierarquia e da subordinação em cada sociedade.

No contexto do debate acerca do progresso social, a sociedade comercial constituía o estágio mais avançado da sociedade, de acordo com a Teoria dos Quatro Estágios<sup>31</sup>. Nessa sociedade, em que todos os indivíduos são uma espécie de comerciante (WN I.iv.2), a instituição da propriedade se encontra em seu grau mais complexo de desenvolvimento. Diferentemente dos estágios anteriores, é apenas nessa última que a propriedade se torna inteiramente móvel (incluindo a propriedade da terra), de modo que as trocas se avolumam, o que contribui para a redução da associação entre propriedade e poder. Segundo Berry (1997, p. 102):

Owing to the pervasiveness of exchange – including as we saw in land – then property is ‘subjected to a constant rotation’ and this ‘prevents it from conferring upon the owner the habitual respect and consideration derived from a long continued intercourse between the poor and the rich’.

Com o desenvolvimento da propriedade a partir do segundo estágio, do pastoreio, e com o consequente aumento da dependência interpessoal, em virtude da diferença de posse sobre os recursos<sup>32</sup>, há uma estratificação da sociedade em *ranks*. Nesse contexto, no qual uns possuem propriedade e outros não, e em que o estado de guerra é constante, surge o “governo civil”. Se as condições de emergência do Estado são particulares de cada sociedade, se relacionando, entre outros, com a necessidade de mobilizar as pessoas para a guerra, sua perpetuação muito se deve à força do hábito na criação de mecanismos psicológicos de aceitação da subordinação como a ordem natural das coisas.

Segundo Berry (1997), para Smith e outros escoceses, o surgimento do governo está ligado também à necessidade daqueles que possuem propriedade de a salvaguardarem da grande massa do povo, que é desprovida. Dessa maneira, diferentemente dos pensadores

---

<sup>30</sup> O trabalho de Berry (1997) é um exemplo.

<sup>31</sup> Teoria essa que era, grosso modo, compartilhada por vários dos pensadores escoceses. Ver Berry (1997, p. 98-102).

<sup>32</sup> No segundo estágio, isso se refere à posse do gado e afins. No terceiro, da agricultura, se deve à propriedade concentrada da terra. A concentração e imobilidade da propriedade ensejam o surgimento de laços de dependência.

contratualistas, adotando uma pretensão mais descritiva do que normativa, Smith enxerga uma espécie de *rationale* dos grupos sociais abastados de propriedade, conectando o surgimento do governo com a perpetuação de desigualdades sociais.

Se no segundo e terceiro estágios a dependência da grande massa em relação aos poucos proprietários de gado e terra, respectivamente, é muito forte, na sociedade comercial, para Smith, o quadro é revertido. No quarto estágio há uma redução drástica da dependência, na medida em que o comércio faz com que a propriedade circule e a divisão do trabalho enseje um aumento da opulência geral (que se distribui para todos os *ranks* da sociedade). O papel do governo muda, na medida em que uma administração mais racional tem que ser posta em prática, para, no mínimo, garantir o funcionamento das trocas e dos contratos, de modo que a função de garantir uma hierarquia social é potencialmente abandonada.

Nesse sentido, o caráter da divisão da sociedade em *ranks* muda com o advento da sociedade comercial. A divisão do trabalho permite que a opulência material se espraie por todos os *ranks*, em virtude do aumento das forças produtivas do trabalho, permitindo que mesmo o camponês mais humilde possa viver em melhores condições do que um rei africano (WN I.i.11). Além disso, conquanto haja desigualdade de acesso à riqueza, os laços de dependência são mitigados; a redução da dependência se deve ao fato de que a divisão do trabalho dá aos indivíduos poder de comandar trabalho alheio a partir de seu próprio, prescindindo do uso da força. Assim, enquanto nas sociedades pastoris ou agrícolas mil homens dependiam de um para garantir sua sobrevivência, na sociedade comercial a razão se inverte: um homem depende de mil de maneira indireta. Além disso, ainda seguindo a linha de argumentação de Smith, a sociedade comercial permite a redução da miséria, que, para Smith, é moralmente degradante<sup>33</sup>.

Tudo isso parece apontar para uma nova natureza da hierarquia social. Trata-se de uma hierarquia em que os indivíduos, não obstante, são livres para perseguir os próprios interesses<sup>34</sup>. Enquanto que, no que se refere ao primeiro estágio, em que a ausência de propriedade enseja uma ausência de *ranks* (igualdade), a sociedade é pobre, o que proporciona consequências ruins, como a vulnerabilidade humana em termos de sobrevivência.

Nesse sentido, traços igualitários em Smith, principalmente quando possuem implicações quanto ao acesso à riqueza, devem ser analisados com cautela. Até porque, como

---

<sup>33</sup> Berry (1997) cita o exemplo de Smith em que crianças e idosos são frequentemente abandonados em sociedades primitivas em função da escassez de recursos.

<sup>34</sup> Com a ressalva de estarem submetidos, no mínimo, às regras da justiça (CERQUEIRA, 2004).

apontou Fleischacker (2004), seria anacrônico se falar em distribuição visando “justiça social” no contexto do Iluminismo Escocês do século XVIII.

### 3.2- Considerações

No entendimento deste trabalho, é inegável que Adam Smith aceita uma hierarquia socioeconômica. Como resumiu Fleischacker (2013), essa hierarquia de acesso à riqueza ou tem sua relevância reduzida (Smith chama de “ilusão” a ideia de que mais riqueza material possibilita maior felicidade), ou é contrabalançada com os seus benefícios. Não obstante, sob as lentes da reconstrução histórica da obra, torna-se muito difícil enxergá-lo como um defensor da desigualdade desmedida, tampouco como um defensor ferrenho desta como um meio necessário para a “eficiência”.

Sua defesa assume as vestes da moralidade. Na WN, Smith mostra, de fato, como o mercado é dotado de uma coerência interna de funcionamento, e como é uma instituição autorregulável. No entanto, a justificativa para o funcionamento espontâneo da “sociedade comercial” só vai até o ponto em que serve como um meio para aliviar a pobreza e possibilitar a independência individual.

Isso torna-se muito claro na seção II do capítulo I do Livro V da WN, denominada *Of the Expense of Justice* (“Dos Gastos com a Justiça”). Ao falar das quatro formas de subordinação, Smith enfatiza que a desigualdade de fortuna, que se origina com o surgimento da propriedade, é a principal causa para que uma pessoa seja superior à outra (WN V.i.b.11). No entanto, se nas sociedades pastoris e agrícolas essa desigualdade enseja um enorme grau de dependência pessoal direta, o mesmo não ocorre na sociedade comercial. A seguinte passagem é ilustrativa:

In an opulent and civilized society, a man may possess a much greater fortune, and yet not be able to command a dozen of people. Though the produce of his estate may be sufficient to maintain, and may perhaps actually maintain, more than a thousand people, yet as those people pay for every thing which they get from him, as he gives scarce any thing to any body but in exchange for an equivalent, there is scarce any body who considers himself as entirely dependent upon him, and his authority extends only over a few menial servants (WN V.i.b.7).

Na sociedade comercial a subordinação oriunda da desigualdade de riqueza paradoxalmente promove uma redução da dependência, em virtude da circulação da propriedade (BERRY, 1997). Nitidamente, a preocupação principal do filósofo escocês não é mostrar que a hierarquia material é justa, mas sim explicar como ela, no que se refere à

sociedade comercial, pode trazer resultados benéficos para todos os *ranks*. Um exemplo é a passagem WN.viii.36, citada anteriormente, em que mais *igualdade* é advogada.

Para além, pode-se recorrer aos inúmeros trechos em que Smith enxerga como ruim a concentração de poder oriunda da concentração de riqueza. Um exemplo ocorre quando fala negativamente das reuniões dos *masters*, que tramam contra o bem do público, em oposição às reuniões dos trabalhadores, que são tratadas com uma conotação positiva. A passagem é a seguinte: “People of the same trade seldom meet together, even for merriment and diversion, but the conversation ends in a conspiracy against the publick, or in some contrivance to raise prices” (WN I.x.c.27). Essa concentração de poder atrapalha o funcionamento do sistema de liberdade natural.

A seguinte passagem também ilustra como os salários elevados do trabalho representam a opulência e a riqueza da nação. Por trás dessa afirmação, pode-se dizer, está a preocupação constante de Smith com os mais pobres, que o leva a associar diretamente o *progresso* da civilização com a melhoria das condições dos estratos inferiores.

The liberal reward of labour, therefore, as it is the necessary effect, so it is the natural symptom of increasing national wealth. The scanty maintenance of the labouring poor, on the other hand, is the natural symptom that things are at a stand, and their starving condition that they are going fast backwards (WN I.viii.27).

Em síntese, a hierarquia socioeconômica é, pois, funcional, e não constitutiva, ou orgânica (HIMMELFARB, 1984, p. 54). Esse atributo do pensamento de Smith é importante, pois, para que as considerações a respeito dos autores contemplados no primeiro capítulo deste trabalho sejam tecidas. Esses autores, em sua totalidade, se valem do método de reconstrução histórica, de modo que assumem uma coerência no pensamento do Smith<sup>35</sup>, assim como uma intenção maior por trás de todas as obras, o que implica entender os trabalhos de Smith como partes de um grande projeto. Em última instância, isso permite que os intérpretes enxerguem alguma ligação entre as obras; em alguns casos, o fio condutor de tal ligação é o igualitarismo moral identificado na TMS, que eventualmente norteia a normatividade da WN.

A interpretação em que isso é mais evidente é a de Fleischacker (1999). Nesta obra, o igualitarismo moral, assentado na igual capacidade de julgar dos seres humanos, direciona a defesa de Smith pela sociedade comercial, assim como suas críticas à ela e sua defesa por determinadas instituições. Para o autor, portanto, Smith não defende o livre comércio com bases em eficiência produtiva e/ou a partir de uma concepção “utilitarista”. A partir dessa leitura, trechos que, sob a égide da interpretação de Smith como um economista “proto-liberal”, só

---

<sup>35</sup> Sobre a coerência do pensamento de Smith, ver Haakonssen (2006).

podiam ser entendidos como discrepâncias e/ou aporias da WN, tornam-se perfeitamente cabíveis dentro do projeto geral do autor.

Da mesma maneira ocorre com o trabalho de Peart and Levy (2005), conquanto com um tom diferente. Para os autores, a simpatia, que se assenta, em última instância, no “igualitarismo analítico”, é o fio condutor entre a filosofia moral e a economia política de Smith. Dessa maneira, enxergam como cabíveis dentro do pensamento de Smith (e dos clássicos em geral) reformas, que visem, entre outros, melhorar as condições da grande massa da população. Conexões entre economia política e moralidade também ocorrem, como visto, de acordo com Rothschild (1992) e Hanley (2009).

Griswold (1999) e Darwall (1999), por sua vez, não enxergam uma conexão tão explícita entre ambas as coisas a partir do igualitarismo moral de Adam Smith. Griswold (1999), embora entenda que a simpatia, cujo fundamento é, entre outros, a igualdade dos seres humanos em valor moral, desempenhe papel importante na teoria da justiça de Smith, e que esta circunscreva a WN, não enxerga na normatividade presente na WN uma relação direta com isso. Para ele, essa se assenta mais na utilidade pública de medidas como a provisão de educação pública; a justiça é comutativa, e não distributiva.

Darwall (1999) interpreta que o conceito smithiano de simpatia exige um robusto igualitarismo moral normativo entre os indivíduos. Pois, mesmo que as pessoas sejam diferentes em vários aspectos, dentre eles, raça, gênero e nacionalidade, a forma pela qual os julgamentos morais são feitos exige que o espectador se coloque, imparcialmente, na posição do outro. É como se a natureza do julgamento moral impelisse, ou coagisse, as pessoas a se enxergarem como iguais.

Segundo Darwall (2004, p. 133), a dignidade igual compartilhada pelos seres humanos implica limitar a atividade do mercado e a busca pela eficiência por critérios morais:

Once we appreciate how deeply reciprocal recognition as mutually accountable equals is grounded in Smith's metaethics and his moral psychology, both in his theory of moral judgment and in his conception of exchange, the egalitarian character of his normative convictions is no surprise. They commit Smith to the positions that Rothschild [2001] so convincingly details, for example, that goals such as economic efficiency may be pursued only to the extent that these are consistent with mutual respect for all as free and equal persons.

Tudo isso significa que, para esses autores, há um teor moral que paira sobre a economia política de Smith, embora a natureza do mesmo seja discutível. Na realidade, o método da reconstrução histórica aplicado ao pensamento do filósofo escocês logrou produzir uma nova imagem de Smith, em contraposição ao tradicional defensor do livre-mercado e proto-liberal. Essa nova imagem, que o entende como um pensador mais complexo, é importante, entre

outros, na medida em que oferece pistas importantes para se entender a natureza da interpretação seletiva feita da obra do autor, que logrou formar o cânone Adam Smith como o pai da economia moderna.

Não obstante, vale dizer, é importante também contemplar de maneira crítica os resultados obtidos a partir da reconstrução histórica. Tribe (1999) constata que vários trabalhos recentes muitas vezes caem em anacronismo e viés interpretativo ao imputarem a Smith algo que ele, dado seu contexto histórico e sua linguagem, não pode ter querido dizer. Várias dessas interpretações, fundamentando-se em trechos muito seletivos de sua obra (como, por exemplo, passagens do Livro V da WN) e não tomando a devida precaução de comparar as ideias que supostamente atribuem a Smith com o debate intelectual da época, acabam por ver Smith como um crítico do capitalismo, ou um apólogo de justiça distributiva<sup>36</sup>. Dessa maneira, um reconstrução mal feita pode levar igualmente a deficiências interpretativas.

Enxergar traços igualitários em Smith, portanto, não pode significar que o autor fosse defensor de correntes modernas de igualitarismo, como o igualitarismo socioeconômico ou político. Nesse sentido, Fleischacker (2013, p. 499) é categórico ao exclamar: “[...] to foist any precise variety of modern egalitarianism on a writer of the mid-eighteenth century is therefore, an anachronism”.

Por fim, no que tange os traços hierárquicos constatados pela análise de Brown (1994), algumas breves considerações são feitas. A argumentação da autora a respeito da hierarquia das virtudes e a consequente hierarquia moral entre os indivíduos, conquanto a natureza das conclusões oriundas da análise discursiva possa ser criticada, é de difícil refutação. Isso porque, ao tratar do discurso da TMS como um todo, de forma sistemática, a autora mostra como a hierarquia é constitutiva na formação do sentido do texto, lhe conferindo um *status* robusto. Diferente seria, por exemplo, se ela apresentasse apenas trechos da obra dos quais alguma hierarquia pode ser inferida; pois, se assim o fosse, a contextualização das passagens e/ou a sua contraposição a outras poderia servir como eficaz contraponto.

Não obstante a robusta hierarquia moral factual que Brown (1994) atribui ao discurso da TMS, um contraponto igualmente robusto pode ser feito tendo como base a simpatia. Pois essa, como argumentado por Darwall (1999), implica em um igualitarismo moral normativo inseparável do exercício do julgamento moral. Mesmo que, por exemplo, o espectador se reconheça como pertence a um grupo social muito distinto do grupo ao qual pertence o agente (seja em termos estéticos, de gênero, religiosos ou culturais no geral), o primeiro é coagido a

---

<sup>36</sup> Esse parece ser o caso do trabalho de MacLean (2006), que, ao defender que o “verdadeiro” Smith estaria mais em acordo com ideias hoje atribuídas à Esquerda, enxerga-o como um igualitário radical, em termos distributivos.

se imaginar sob a perspectiva do segundo, o que implica reconhecer que estão em reciprocidade, enquanto pessoas iguais. Esse aspecto, como visto no capítulo anterior, é constitutivo da teoria da simpatia na TMS, o que aparentemente implica em um impasse no debate.

Como argumenta Fleischacker (2013, p. 496), Smith possui, em vários aspectos, traços igualitários em sua obra; não obstante, há também aspectos hierárquicos, ligados à honra e à capacidade humana de atingir a excelência moral, que são igualmente constitutivos do pensamento. Desse modo, é preciso se reconhecer que ambos os aspectos coexistem no pensamento do filósofo escocês

## Conclusão

Este trabalho buscou fazer uma exposição e análise do debate recente acerca dos traços igualitários e hierárquicos presentes na obra de Adam Smith. Para além, buscou mostrar como o assunto deve ser devidamente inserido no contexto histórico em que as obras foram escritas, com o intuito de evitar anacronismos. Cabe, por fim, retomar brevemente o que foi anteriormente exposto e apresentar uma conclusão.

Viu-se que a obra de Smith possui uma série de traços que remetem ao que hoje se denomina de igualitarismo na filosofia política. Igualmente, como visto no Capítulo II, traços correspondentes ao que hoje pode ser denominado de “hierarquicalismo” também estão presentes no pensamento do autor. Isso levou o presente trabalho a afirmar que esses aspectos coexistem na obra, sem que isso implique necessariamente em uma contradição.

Ao inserir a discussão no pano de fundo do Iluminismo Escocês e ao buscar reconstruir a intenção de Smith, pode-se constatar que ambos os aspectos de igualdade e hierarquia estão intimamente conectados. Isso porque a hierarquia socioeconômica se faz necessária, em alguma medida, para que as condições de vida das pessoas possam melhorar, o que lhes proporciona maior igualdade em termos de integridade moral. Dessa maneira, essa discussão não pode estar desatada dos debates que existiam à época a respeito das virtudes e vícios da sociedade comercial, como visto.

A nova imagem de Smith, que surgiu a partir dos esforços de reconstrução histórica de suas obras, é extremamente interessante. Além de expor a maior complexidade do pensamento do filósofo escocês, trouxe à tona questões ainda muito importantes para as sociedades contemporâneas, como as relações entre economia e moralidade. Ao se mostrar um pensador constantemente preocupado, além de tudo, com a condição humana, o “novo” Smith figura como um autor que muito tem a dizer sobre questões contemporâneas, principalmente no que se refere às interfaces entre ciência econômica e filosofia moral.

Não obstante, no âmbito da discussão a respeito do “velho” Smith e, portanto, da formação de um discurso econômico, cabem algumas breves considerações. A respeito dos esforços de reconstruir a intenção de Smith, Tribe (1999, p. 630) apresenta uma consideração muito pertinente: “Is there any real point in laboriously excavating, cleaning down and presenting a newly restored “Adam Smith” whose features would have been recognizable to few of his contemporaries and a diminishing series of successors?”.

Isto é, se, em perspectiva histórica, Smith foi majoritariamente lido como um defensor do livre-mercado e da eficiência econômica (em detrimento das outras questões tratadas no trabalho), qual é o intuito de entender sua obra sob uma perspectiva que, na prática, não existiu? Tribe (1999, p. 630) dá duas respostas a esse questionamento, que são reproduzidas a título de conclusão.

A primeira razão é que o “novo” Smith traz contribuições interessantes sobre aspectos da sociedade comercial e da relação entre economia política e filosofia moral, como mencionado. A segunda razão, de grande importância para a discussão acerca do surgimento de um discurso econômico, é que, ao se entender melhor o projeto original do pensador escocês, pode-se compreender com maior precisão a forma pela qual ele foi interpretado e pela qual suas ideias foram transmitidas entre várias gerações seguintes. Processo este que, em última instância, logrou formar a imagem de Adam Smith como o fundador da economia moderna.

## Referências

ARNESON, Richard. Egalitarianism. The Stanford Encyclopedia of Philosophy (Summer 2013 Edition). Disponível em: <https://plato.stanford.edu/archives/sum2013/entries/egalitarianism/> Último acesso em 20/02/2017.

BERLIN, Isaiah. Dois conceitos de liberdade. In: BERLIN, Isaiah. **Estudos sobre a humanidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

BERRY, Christopher J. **Social Theory of the Scottish Enlightenment**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1997.

BROWN, Vivienne. ‘Mere inventions of the imagination’: a survey on recent literature on Adam Smith. **Economics and Philosophy**, vol. 13, n. 2, p. 281-312, oct. 1997.

BROWN, Vivienne. **Adam Smith’s discourse: Canonicity, Commerce and Conscience**. London: Routledge, 1994.

CAMPBELL, Roy H; SKINNER, Andrew. General Introduction. In: SMITH, Adam. **An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations**. Indianapolis: Liberty Classics, 1981.

CERQUEIRA, Hugo. **Para ler Adam Smith: novas abordagens**. (Texto para discussão, n. 183) Belo Horizonte: Cedeplar-UFMG, 2003.

CERQUEIRA, Hugo. Trabalho e política: Locke e o discurso econômico. **Revista de Economia Política**, v. 22, n. 1, p. 150-169, 2002.

CERQUEIRA, Hugo. **Trabalho e troca: Adam Smith e o surgimento do discurso econômico**. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2000.

CERQUEIRA, Hugo. Adam Smith e seu Contexto: o Iluminismo Escocês. **Economia e Sociedade**, 26, 1-28, jan./jun. 2006.

DARWALL, Stephen. ‘Equal Dignity in Adam Smith’. **Adam Smith Review** (1), p. 129-34, 2004.

DARWALL, Stephen. ‘Sympathetic Liberalism’: Recent Work on Adam Smith. **Philosophy and public affairs**, 28 (2), p. 139-164, 1999.

DARWALL, Stephen. **The Second-Person Standpoint**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

DUMONT, Louis. **O individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna**. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

DUMONT, Louis. **Homo aequalis: gênese e plenitude da ideologia econômica**. Bauru: Edusc, 2000.

FLEISCHACKER, Samuel. **A Short History of Distributive Justice**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2004.

FLEISCHACKER, Samuel. **A Third Concept of Liberty**. Princeton: Princeton University Press, 1999.

FLEISCHACKER, Samuel. Adam Smith on equality. In: BERRY, Christopher J; PAGANELLI, Maria P; SMITH, Craig. **The Oxford handbook of Adam Smith**. Oxford: Oxford University Press, p. 485-500, 2013.

FLEISCHACKER, Samuel. **On Adam Smith's Wealth of Nations: a philosophical companion**. Princeton: Princeton University Press, 2005.

GRISWOLD, Charles. **Adam Smith and the Virtues of Enlightenment**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

HAAKONSSSEN, Knud. Introduction: The Coherence of Smith's Thought. In: \_\_\_\_\_. **The Cambridge Companion to Adam Smith**. New York: Cambridge University Press, 2006.

HANLEY, Ryan. **Adam Smith and the Character of Virtue**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

HIMMELFARB, Gertrude. **The idea of Poverty: England in the Early Industrial Age**. New York: Knopf, 1984.

HONT, Istvan; IGNATIEFF, Michael. Needs and Justice in the Wealth of Nations: An Introductory Essay. In: \_\_\_\_\_. **Wealth and Virtue: The Shaping of Political Economy in the Scottish Enlightenment**. Cambridge: Cambridge University Press, p. 1-44, 1983.

LEVY, David M.; PEART, Sandra J. Sympathy And Approbation In Hume And Smith: A Solution To The Other Rational Species Problem. **Economics and Philosophy**, 20, n. 2, p. 331-349, 1999.

MCLEAN, Iain. **Adam Smith, Radical and Egalitarian: an Interpretation for the Twenty-First Century**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2006.

MACPHERSON, Crawford B. **The political theory of possessive individualism: Hobbes to Locke**. Oxford: Oxford University Press, 2011.

MULLER, Jerry Z. **Adam Smith in His Times and Ours: Designing the Decent Society**. Princeton: Princeton University Press, 1993.

MEDEMA, Steven G. Adam Smith and the Chicago School. In: EMMETT, Ross B. **The Elgar Companion to the Chicago School of Economics**. Cheltenham: Edward Elgar Publishing Limited, 2010.

MYRDAL, Gunnar. **Aspectos políticos da teoria econômica**. São Paulo: Editora Nova Cultura Ltda, 1997.

PEART, Sandra J.; LEVY, David M. Group Analytics in Adam Smith's Work. **Eastern Economic Journal**, n. 42, p. 514-527, 2016.

PEART, Sandra J.; LEVY, David M. **The 'vanity of the philosopher'**. Michigan: The University of Michigan Press, 2005.

PERSKY, Joseph. Classical Equality: On the Content of Analytical Egalitarianism. **American Journal of Economics and Sociology**, vol. 67, n. 3, p. 455-472, jul. 2008.

POCOCK, John G. A. Introduction: the State of the Arte. In: \_\_\_\_\_. **Virtue, Commerce and History: Essays on Political Thought and History, Chiefly in the Eighteenth Century**. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

RAPHAEL, David D. **The Impartial Spectator: Adam Smith's moral philosophy**. Oxford: Oxford University Press, 2007.

RAPHAEL, David D; MACFIE, A.L. Introduction. In: **The Theory of Moral Sentiments**. Oxford: Oxford University Press; Liberty Classics imprint, 1979.

ROTHSCHILD, Emma. Adam Smith and conservative economics, **Economic History Review**, 45 (2), p. 74-96, 1992.

ROTHSCHILD, Emma. **Economic Sentiments: Adam Smith, Condorcet, and the Enlightenment**. Cambridge: Harvard University Press, 2001.

SMITH, Adam. "**Lectures on Jurisprudence**". Edited by RL Meek, DD Raphael, and PG Stein". Indianapolis, IN: Liberty Fund, 1978.

SMITH, Adam. **An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations**. Edited by R.H. Campbell and Andrew Skinner. Indianapolis: Liberty Classics, 1981.

SMITH, Adam. **The Theory of Moral Sentiments**. Edited by D.D. Raphael and A.L. Macfie. Indianapolis: Liberty Fund, 1984.

STEWART, Dugald. Account of the life and writings of Adam Smith, LL.D. In: SMITH, Adam. **Essays on philosophical subjects**. Ed. W.P.D. Wightman. Indianapolis: Liberty Fund, 1982, p. 269-351.

TRIBE, Keith. Adam Smith: critical theorist? **Journal of Economic Literature**, vol. 37, n. 2, p. 609-632, jun. 1999.

VINER, Jacob. Adam Smith and Laissez Faire. **Journal of Political Economy**, v. 35, n. 2, p. 198-232, apr. 1927.

VINER, Jacob. The intellectual history of laissez faire. **The Journal of Law & Economics**, v. 3, p. 45-69, 1960.

WINCH, Donald. **Riches and Poverty: an Intellectual History of Political Economy in Britain, 1750-1834**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.